

Empresários, Campanha Eleitoral de 2018 e a Força Parlamentar da Direita: uma análise do governo de Jair Bolsonaro¹

Carlos Eduardo Santos Pinho² (PPGCS-UNISINOS)

“Aqui, o empresário brasileiro tem uma bola de ferro na perna direita, que são os juros altos, uma bola de ferro na perna esquerda, que são os impostos, e um piano nas costas, que são os encargos sociais e trabalhistas. E ainda ouve: corre porque o chinês vai te pegar” (Paulo Guedes, Ministro da Economia do governo de Jair Bolsonaro³).

RESUMO: À luz da literatura de Variedades de Capitalismo, Economia Política do Desenvolvimento, Ciência Política e de realização de pesquisa empírica, o objetivo deste trabalho é investigar as relações entre o Estado brasileiro e o empresariado no governo de Jair Bolsonaro, tendo em vista a conjuntura pós-recessão (2014-2016), a lenta recuperação econômica e a deterioração do mercado de trabalho. O escopo temporal deste estudo vai da campanha eleitoral de 2018 até março de 2020, antes da emergência da pandemia global do novo coronavírus. Primeiramente, mostra-se o crescimento, no Congresso Nacional, da força parlamentar da direita, dos empresários, do agronegócio, das bancadas neopentecostal e armamentista, que se unificaram em torno de um projeto economicamente liberal-ortodoxo, conservador em matéria de costumes, deletério ao meio ambiente, refratário aos direitos sociais de cidadania (saúde, educação, assistência, previdência social) e às minorias (indígenas, quilombolas, negros, população LGBTQI). Isso ocorre em meio à retração significativa da bancada sindical e trabalhista. Em segundo lugar, analisa-se como o governo Bolsonaro vem convertendo as demandas do empresariado em políticas públicas através da liberalização econômica, da desburocratização e da desregulação das relações de trabalho. Evidencia-se a instrumentalização político-partidária da FIESP por meio de sua principal liderança, Paulo Skaf, seguida de sua aproximação da Presidência da República. Tal postura é fortemente criticada pelo empresariado industrial de alta e média/alta tecnologia, para quem a política econômica ortodoxa vem contribuindo para

¹ Trabalho preparado para apresentação no 44º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). GT40 - Sociedade e Vida Econômica. Coordenadoras(es): Marina de Souza Sartore (UFS) e Cristiano Monteiro (UFF).

² Professor/Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGCS-UNISINOS) e Pesquisador Associado do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED), coordenado por Renato Raul Boschi e Ana Celia Castro. Integra a Red de Hómulos sobre Desigualdad y Pobreza de la Asociación de Universidades Confiadas a la Compañía de Jesús en América Latina (AUSJAL) e o Ciclo de Altos Estudos “Futuros da Proteção Social”, liderado por Sonia Fleury, Pesquisadora Sênior do Centro de Estudos Estratégicos da Fundação Oswaldo Cruz (CEE-FIOCRUZ).

³ FOLHA DE SÃO PAULO. (2019). Reforma e controle de gastos são núcleo da agenda de Paulo Guedes, 02/01/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/01/reforma-e-controle-de-gastos-sao-nucleo-da-agenda-de-paulo-guedes.shtml>. Acesso em: 18/02/2020.

a queda do investimento público em inovação e Ciência & Tecnologia, aguçando a desindustrialização, a perda de competitividade e a reprimarização da pauta exportadora. Sugere-se que o empresariado não parece manter a mesma *sinergia* de um ano atrás no apoio ao presidente que viabilizou a contenção dos salários, a reforma da Previdência, a continuação da reforma trabalhista de Michel Temer, a redução dos juros básicos (Selic) e da inflação. Finalmente, o trabalho apresenta dados e evidências empíricas sobre os impactos da agenda liberalizante desde 2015, que, embora benéfica ao empresariado, sobretudo no tocante à desregulação do trabalho e à redução do custo da mão de obra, expressa o retrocesso dos direitos de cidadania, o aumento da informalidade, da precarização do mercado de trabalho, a queda da renda e o recrudescimento da desigualdade secular.

PALAVRAS-CHAVE: Empresariado; Força Parlamentar da Direita; Liberalismo-Ortodoxo; Governo Jair Bolsonaro; Desindustrialização; Desigualdade; Brasil.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar as relações entre o Estado e o empresariado no governo de Jair Bolsonaro, sobretudo após o processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, que levou ao poder Michel Temer e a subsequente execução do programa radical de austeridade denominado “Uma Ponte para o Futuro”. Desde as eleições de 2014, o empresariado vem construindo uma bancada significativa no Congresso Nacional, o que vem viabilizando a aprovação de sua pauta liberalizante de desregulação das relações capital/trabalho e redução do custo da mão de obra. Por outro lado, a bancada sindical e trabalhista vem perdendo expressivamente espaço e força política no Parlamento.

A matriz teórico-conceitual desta reflexão está alicerçada na literatura de *variedades de capitalismo* (HALL e SOSKICE, 2001; BOSCHI, 2011, 2013; BOSCHI e PINHO, 2019ab, 2020; PINHO, 2019); devotada a resgatar o papel do Estado no sentido de analisar a especificidade do desenvolvimento capitalista na América Latina, particularmente no Brasil, em uma conjuntura pós-recessão (2014-2016) de lenta recuperação do PIB, de desregulação das relações de trabalho e agravamento da desigualdade. Trata-se, pois, de analisar o Brasil enquanto uma *variedade de capitalismo em crise* (NASSIF e BIZBERG, 2020) bem como o poder político do empresariado (PINHO e FREITAS, 2020).

O apoio do empresariado à ruptura democrática de 2016 ensejou um projeto ultraliberal (em curso), marcado pelo aprofundamento da desregulamentação das relações capital/trabalho, pela deterioração da estrutura produtiva, pela perda de espaço da indústria de transformação no PIB (herança dos anos 1990) seguida da reprimarização da pauta exportadora, bem como pelo expressivo aumento da informalidade e do trabalho precário. Entretanto, tal projeto liberal-ortodoxo vem desencadeando a insatisfação de parte do setor produtivo com os rumos da indústria no país, a queda do investimento público em infraestrutura, pesquisa, C&T e inovação, por ocasião da Emenda Constitucional N. 95/2016 (Teto de Gastos Públicos). A politização de uma das principais instâncias de representação dos interesses industriais, qual seja, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), haja vista o incremento dos vínculos

entre o seu principal líder, Paulo Skaf, e o presidente Jair Bolsonaro, também não é bem vista. Antes de adentrarmos nessas dimensões com maior profundidade (o que será feito ao longo das próximas seções desse texto), convém fazer um exercício retrospectivo no sentido de salientar a natureza das relações Estado/Empresariado nos governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). Nesta última gestão configurou-se a fratura da coalizão de suporte do empresariado ao *Novo-Desenvolvimentismo Democrático* (2003-2016) (PINHO, 2019), contribuindo para o impeachment da mandatária e a atual inflexão liberal-ortodoxa na economia política brasileira.

Os governos de Lula da Silva (2003-2010) foram marcados por uma postura conciliatória com relação ao empresariado industrial, que fora penalizado com as políticas de arrocho fiscal (corte de gastos públicos) e monetário (elevação das taxas de juros) durante os governos FHC (1995-2002) para viabilizar a estabilização da moeda. Nessas condições, o estabelecimento de relações estreitas com as classes produtoras seria uma condição para governabilidade, a retomada do crescimento do PIB e a geração de postos de trabalho. De acordo com a literatura acerca da teoria e prática da social-democracia, para chegar à institucionalidade político-democrática via competição eleitoral, seria fundamental ao PT abandonar a ideia de “coletivização dos meios de produção”, refutar a organização dos trabalhadores como classe, respeitar a propriedade privada e assegurar margens de lucro às classes capitalistas⁴ (PRZEWORSKI, 1989, 2003). A democracia representativa constituiria o veículo para o “socialismo”. Pragmaticamente, o “caminho ao poder” (“road to power”) (ESPING-ANDERSEN, 1985; 1991) para Lula da Silva demandaria, inexoravelmente, a feitura de uma coalizão com os capitalistas industriais, os banqueiros, as classes médias, os sindicatos, a burocracia estatal e os trabalhadores, abandonando a ideia (restrita) de classe e aderindo a concepção de governo para o povo, de cunho mais abrangente e orientada à feitura de um pacto social sob coordenação do Estado. Nesse contexto, o governo Lula implementou um arquétipo de políticas públicas de proteção social, erradicação da pobreza extrema, valorização do salário mínimo e regulação do mercado de trabalho.

Com o fito de se aproximar do setor produtivo, Lula da Silva colocou como vice-presidente o (falecido) empresário do setor têxtil, José Alencar, e criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), ampliando a interlocução com industriais, sindicalistas, banqueiros, intelectuais, religiosos, etc. Durante os seus dois mandatos, o aumento da demanda e as políticas públicas de acesso ao crédito para os mais pobres contribuíram para que o setor financeiro bancário tivesse um lucro líquido estimado em R\$ 199 bilhões, quantitativo muito superior ao lucro acumulado durante os governos de FHC⁵ (1995-2002) (O GLOBO, 25/02/2011). Não obstante, a sua gestão

⁴ A eficácia dos social-democratas em regular a economia e mitigar os seus efeitos sociais depende da lucratividade do setor privado e da disposição dos capitalistas em cooperar. Eis o obstáculo estrutural que não pode ser transposto: o limite de qualquer política econômica é dado pelo fato de ser necessário proteger o investimento e, portanto, os lucros, no longo prazo. Qualquer governo em uma sociedade capitalista é dependente do capital e estar “no poder”, na verdade, confere pouco poder; os social-democratas estão sujeitos à dependência estrutural, como qualquer outra agremiação político-partidária (PRZEWORSKI, 1989).

⁵ O lucro líquido de uma amostra de nove bancos (entre eles, Banco do Brasil, Itaú e Bradesco) somou R\$ 174,075 bilhões entre 2003 e 2010, em valores nominais. Corrigida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), essa cifra pula para R\$ 199,455 bilhões, batendo de longe os resultados registrados durante a gestão do tucano Fernando Henrique Cardoso. As mesmas nove instituições, entre 1995 e 2002, acumularam um ganho nominal de R\$ 19,113 bilhões e R\$ 30,798 bilhões a valores atuais. A diferença entre os lucros corrigidos pela inflação nos dois períodos é de 550%. No tocante à rentabilidade dos bancos, durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique, o retorno sobre o

foi marcado pela retomada das capacidades do Estado no planejamento estratégico governamental de longo prazo, viabilizada pelo ciclo de crescimento econômico. Isso impulsionou o investimento público em infraestrutura e a retomada da política industrial, cujos exemplos são o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE – 2003-2007) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP – 2008-2010) (DINIZ, 2016; PINHO, 2019). Houve a expansão do papel do BNDES que subsidiou com volumosos aportes financeiros a internacionalização das corporações brasileiras nos países da América Latina e na África, com destaque para empresas como Petrobrás, Andrade Gutierrez, Odebrecht, JBS, Votorantin, Vale, etc.

Todavia, o governo Dilma Rousseff (2011-2016) foi marcado por baixas taxas de investimento público e por uma conjuntura internacional e macroeconômica adversa, dada a crise da Zona do Euro, a desaceleração do boom das commodities e, consequentemente, da demanda chinesa por produtos primários. A “Agenda FIESP” foi o modelo econômico implementado em 2011 e aprofundado até 2014, alicerçado nas seguintes medidas: (1) redução dos juros, (2) desvalorização do real, (3) contenção de gastos e investimentos públicos; (4) ampla política de desonerações tributárias por meio de renúncia fiscal bilionária; (5) expansão do crédito do BNDES e (6) represamento das tarifas de energia. Decerto que os resultados dessa política foram desastrosos, em razão da desaceleração econômica e da deterioração fiscal (CARVALHO, 2018). Tal política fiscal expansionista não surtiu o efeito almejado, acarretando a queda do crescimento do PIB, da arrecadação tributária e o substancial crescimento da dívida pública, que os economistas ortodoxos, os empresários, o capital financeiro e a grande imprensa atribuíram aos gastos sociais, desconsiderando o fato de que quase a metade do PIB brasileiro é consumida com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública. Consequentemente, emergiu uma das maiores e mais profunda crises do Estado brasileiro, cujos impactos ainda se fazem sentir dada a lenta recuperação econômica. Outro fator que deteriorou a governabilidade de Dilma Rousseff foi a sua política intervencionista deliberada de redução das taxas de juros com o fito de estimular a matriz produtiva do capitalismo brasileiro, o que contrariou os interesses rentistas dos grandes bancos privados (Bradesco, Itaú-Unibanco, Santander) e do empresariado atrelado aos circuitos financeiros (BOSCHI e PINHO, 2019ab, PINHO, 2019).

Em outubro de 2015, o vice-presidente Michel Temer, previamente à sua ruptura oficial com o governo Dilma Rousseff, divulgou o que se tornaria a plataforma de seu governo (e do atual mandato de Jair Bolsonaro), isto é, o documento “Uma Ponte para o Futuro”. Tal programa contém um pacote de medidas de austeridade que promovem o aprofundamento das reformas pró-mercado (1990-2002), levadas a cabo durante os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). São elas: reforma da previdência, reforma trabalhista, lei da terceirização e o Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional N. 95/2016), que efetua cortes nos gastos públicos e torna inoperante a política fiscal anticíclica no combate às crises econômicas (BOSCHI e PINHO, 2019ab; FLEURY e PINHO, 2018, 2019). Michel Temer se aproximou dos empresários e obteve o suporte de diversas associações de classe no processo de impeachment de Dilma Rousseff, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Confederação

patrimônio líquido oscilou entre a mínima de 8,41% (em 2000) e a máxima de 13,98% (1996). Com Luiz Inácio Lula da Silva à frente do Planalto, a rentabilidade mediana nunca foi inferior a 13,08% (2008) e o teto para a amostra estudada chegou a 17,66% (em 2006) (O GLOBO, 25/02/2011).

Nacional da Indústria (CNI) e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio). A FIESP, liderada por Paulo Skaf, contribuiu ativamente para o impeachment de Dilma Rousseff, que fora acusada de cometer crime de responsabilidade ao violar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF/2000). Como sede do pato amarelo lançado em 2015 contra a CPMF e espécie de ícone das manifestações em defesa do impeachment de Dilma Rousseff, a FIESP vem se aproximando do governo de Jair Bolsonaro, que leva a cabo uma política de austeridade fiscal, redução das taxas de juros e de controle da inflação visando alavancar o investimento privado a partir das forças do livre-mercado. Este trabalho tem como propósito analisar as relações entre o Estado brasileiro e o empresariado, no contexto de um projeto de desenvolvimento ancorado na racionalidade de mercado, na depreciação do mercado de trabalho e no aumento das desigualdades.

Esta pesquisa procura responder as seguintes questões: (1) Como a direita e as distintas frações do empresariado ganharam força parlamentar e converteram as suas demandas em políticas públicas no governo de Jair Bolsonaro? Do ponto de vista da economia política, há tensões na coalizão empresarial ou ela é homogênea com relação ao suporte ao governo Bolsonaro e seu receituário de desregulamentação com austeridade fiscal? Quais os impactos da agenda liberal-ortodoxa, levada a cabo pelo presidente Jair Bolsonaro e pelo seu ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre as relações Estado/empresariado, a indústria, o mercado de trabalho e a desigualdade? A hipótese deste trabalho é que, dotadas de força parlamentar e inserção política no Congresso Nacional, as distintas frações do empresariado (comercial, industrial, agroexportador, armamentista, bancário-financeiro) têm conseguido converter as suas demandas em políticas públicas no bojo do *modelo de austeridade fiscal com desregulação do mercado de trabalho e reprimarização econômica* do governo de Jair Bolsonaro e do Ministério da Economia. Contudo, há setores do empresariado industrial insatisfeitos com a instrumentalização da FIESP para finalidades político-partidárias, e com o receituário liberal-ortodoxo que corta investimentos estratégicos (inovação, pesquisa e C&T), obstaculiza a competitividade da indústria e incrementa a vocação agrário-exportadora da economia brasileira, que remonta ao século XIX. Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa mobiliza a literatura nacional/internacional e realiza um processo de identificação, levantamento, mapeamento, sistematização e análise de dados empíricos acerca da atuação dos empresários na campanha eleitoral de 2018 e do crescimento de sua força parlamentar. Nesse sentido, investiga como o governo Bolsonaro, no quadro da austeridade fiscal, vem implementando políticas públicas em benefício deste setor e desregulando o mercado de trabalho. Para tanto, foi feita uma análise de vasto material empírico disponível na imprensa (*Agência Brasil, Carta Capital, El País Brasil, Estadão, Exame, Folha de São Paulo, Isto É, O Globo, Valor Econômico*, etc.). Ademais, foram arrematados dados e evidências de associações empresariais, sindicais e instituições de pesquisa governamentais, como o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

2. Inflexão Liberal-Conservadora no Congresso Nacional: crescimento da força parlamentar da direita, do empresariado e retração da bancada sindical/trabalhista

De acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), o 2º turno das eleições presidenciais foi disputado pelos candidatos do PSL e do PT, tendo sido vencido por Jair Bolsonaro com 57.797.847 votos (55,13%) contra 47.040.906 votos (44,87%) dados a Fernando Haddad. Nesse sentido, três fatos políticos tiveram influência no resultado da eleição presidencial: (1) o ativismo do Judiciário e do Ministério Público, especialmente na tentativa de criminalização do PT; (2) a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que seria o candidato do PT e teve que ser substituído por Fernando Haddad; e (3) a facada no candidato Bolsonaro, que ficou impedido de participar de quase toda a campanha (DIAP, 2018).

A eleição inédita de um candidato de extrema direita no Brasil com o apoio integral do empresariado em seus múltiplos segmentos (industrial, agrário-exportador, comercial, bancário-financeiro) ocorreu em um ambiente político e macroeconômico extremamente contraproducente. Do ponto de vista político, a insatisfação com os 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores e seu suposto “intervencionismo estatal demasiado”, a perda de popularidade da ex-presidente Dilma/Rousseff, a inábil capacidade da mandatária de gerenciar a coalizão de governo e negociar com o Congresso Nacional a pauta de políticas públicas. Destaca-se o avanço da agenda parlamentar conservadora encabeçada por Eduardo Cunha, na Câmara dos Deputados, que destravou diversas pautas deletérias aos interesses dos trabalhadores, como a lei da terceirização nas atividades fim; e o escândalo de corrupção da Petrobras, que envolveu a participação das elites empresariais, dos conglomerados da construção civil, da burocracia do Estado e de agremiações políticas (PT, PP, PTB, PSDB, PMDB, atual MDB), evidenciando a faceta patrimonial das relações entre o Estado e o setor privado no Brasil. Ademais, convém salientar a paralisia decisória por conta do conturbado processo político que antecedeu o impeachment da ex-presidente. No que tange ao cenário macroeconômico, o fim do boom das commodities e a desaceleração da demanda chinesa afetaram os indicadores econômicos. A queda das taxas de crescimento do PIB foi seguida da retração da arrecadação de impostos. Os volumosos desembolsos, subsídios por meio do BNDES, incentivos e desonerações bilionárias concedidas ao empresariado industrial (que não investiu e tampouco gerou empregos, mas especulou no mercado financeiro), acarretaram a perda de confiabilidade/credibilidade na *Nova Matriz Macroeconômica*, debilitaram o quadro fiscal e aumentaram o endividamento público, desencadeando uma das maiores crises do período republicano brasileiro, cuja recuperação ainda é muito lenta e com graves impactos sobre a indústria, o investimento em infraestrutura, a produtividade da economia e o mercado de trabalho (BOSCHI e PINHO, 2019ab; PINHO, 2019, 2020; PINHO e MOURA, 2016).

Criou-se um cenário favorável à irrupção de um discurso conservador nos costumes, liberal na economia, refratário à diversidade (negros, população LGBTQI, quilombolas, indígenas⁶) e às instituições políticas democráticas em suas diversas dimensões (representativa, participativa e deliberativa). Bolsonaro catapultou a insatisfação da população com o desemprego elevado, a longa recessão, a falta de respostas à questão da segurança pública, a precariedade dos serviços públicos (saúde, educação, transporte, infraestrutura, saneamento básico), a multiplicidade de demandas não atendidas. Cabe apontar a prática sistemática, amplamente vociferada pela grande mídia e pelo discurso do atual mandatário durante sua campanha eleitoral de 2018, de associação direta do

⁶ Durante cerimônia comemorativa de 400 dias de governo, na qual criticou ambientalistas, Bolsonaro assinou projeto de lei sobre mineração em terras indígenas. O ex-ministro-chefe da Casa Civil, e atual ministro da cidadania, Onyx Lorenzoni, celebrou a medida, definindo-a como uma nova “Lei Áurea” (FOLHA DE SÃO PAULO, 05/02/2020).

Estado à corrupção tanto no que diz respeito à gestão das empresas públicas como na prestação de serviços sociais. As redes sociais tiveram um papel central na articulação da campanha eleitoral do atual presidente através da disseminação de “fake news”, afirmando as reivindicações de um “contrapúblico ultraliberal” (ROCHA, 2019) que demonstra repúdio ao excesso de intervencionismo estatal dos governos desenvolvimentistas (2003-2016), por um lado; e defende radicalmente a economia de livre-mercado, a livre iniciativa, o primado da concorrência e a desregulamentação; por outro lado. Com um discurso ancorado no descrédito às instituições e fortemente moralizador dos costumes, Bolsonaro obteve vasto apoio entre os religiosos, sobretudo evangélicos, contrários a pautas como o casamento gay, o aborto e a educação sexual nas escolas. Uma vez sufragado pela soberania popular conferida pelo voto nas urnas eletrônicas, o líder populista de extrema direita culpou o sistema político, os partidos e, sobretudo, o PT pelas mazelas do país, argumentando que instituiria a “nova política”, em contraposição ao “presidencialismo de coalizão” (ABRANCHES, 2018).

O novo Congresso é o mais conservador dos últimos 30 anos e pode ser classificado como: (1) Liberal, do ponto de vista econômico; (2) Fiscalista, do ponto de vista da gestão; (3) Conservador, do ponto de vista dos valores; (4) Mais à direita, do ponto de vista ideológico; e (5) atrasado em relação ao meio ambiente e aos direitos humanos. O caráter conservador é notório com relação ao perfil ideológico, o estrato socioeconômico e as bancadas informais, nos quais é possível constatar um crescimento exponencial da direita, a redução da presença de assalariados e da bancada sindical e o aumento de integrantes das bancadas evangélicas e da bala, além da oxigenação das bancadas ruralista e empresarial. No que diz respeito ao espectro ideológico da Câmara dos Deputados, a singularidade foi a assunção e o crescimento da direita, com 210 deputados. As demais forças são: a centro-direita, com 94 deputados; o centro, com 76; a centro-esquerda, com 60; e a esquerda, com 73 (DIAP, 2018).

Tabela 1 - Ideologia dos partidos na Câmara dos Deputados

Ideologia	Quantidade	Partidos
Direita	210	PSL, DEM, PP, PR, PRB, PSC, Novo, Patriota PRP, PTC e DC
Centro-Direita	94	PSDB, PSD, Pode, PTB, PHS e PMN
Centro	76	MDB, SD, Pros, PPS, Avante, PV, Rede e PPL
Esquerda	73	PSol, PT e PCdoB
Centro- Esquerda	60	PDT e PSB

Fonte: DIAP (2018).

No Senado Federal, a maior presença é das forças de centro, com 29 senadores, seguido da direita, com 22, da centro-direita, com 13, da esquerda, com 11, e da centro-esquerda, 6. De acordo com levantamento de outras consultorias, como a Arko Advice, a Prospectiva e a Queiroz Assessoria, apontam um crescimento da direita no Congresso da ordem de 30%, alcançando 301 deputados e 41 senadores a partir de 2019. Quanto ao perfil socioeconômico, na nova Câmara dos Deputados predominam profissionais liberais e empresários, algo como dois terços da Casa, e um terço dividido entre

assalariados e atividades de natureza diversa. Quantitativamente, próximo de 160 são profissionais liberais, algo como 200 são empresários e aproximadamente 150 são assalariados e ocupantes de atividades diversas. No que concerne às bancadas informais, a correlação de forças é bastante desfavorável às políticas sociais, aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos trabalhadores. A bancada sindical, por exemplo, teve uma redução de aproximadamente 20 integrantes, enquanto as bancadas conservadoras, mesmo tendo perdido alguns integrantes, como a ruralista, vêm fortalecidas, tanto pelo fato de suas pautas terem sido apoiadas pelo candidato Jair Bolsonaro, quanto pela razão de que as bancadas da segurança ou da bala e a evangélica cresceram, e a bancada empresarial se manteve grande (DIAP, 2018).

Tabela 2. Os Empresários na Câmara dos Deputados por partido (Legislatura 2019-2023)

Partido	Número de empresários
Avante	2
DC	0
DEM	14
MDB	21
Patri	4
PCdoB	0
PDT	8
PHS	3
PMN	1
Pode	7
PP	21
PPL	0
PPS	3
PR	16
PRB	7
Pros	1
PRP	1
PSB	12
PSC	4
PSD	22
PSDB	13
PSL	19
PSol	0
PT	1
PTB	4
PTC	1
PV	1
Rede	0
SD	6
Total Geral	198
%	38,60

Fonte: DIAP

Após grande renovação, o Senado Federal, assim como a Câmara dos Deputados, é mais jovem, mais escolarizado e mais sintonizado com as redes sociais, todavia mais liberal do ponto de vista econômico e mais conservador, no que diz respeito aos valores. Seu perfil socioeconômico tem predominância de empresários, 38, e de profissionais liberais, 25, seguidos de 18 outras ocupações de natureza diversa, inclusive assalariados, como servidores públicos e profissionais de educação. Considerados operários existem apenas dois: um metalúrgico e um industrial, ambos do PT. Isto significa dizer que metade do Senado é composta de empresários, incluindo comerciantes, produtores rurais e industriais, algo próximo de um terço de profissionais liberais e algo como 20% de diversas profissões, inclusive assalariados, como servidores públicos e trabalhadores do setor privado. Os partidos com maior número de empresários são o MDB, com 8, o DEM, o PSDB e o PSB com 4 cada, seguidos do PP e do PODE, com 3 cada (DIAP, 2018).

Tabela 3 - Quantitativo de Empresários no Novo Senado por região (Legislatura 2019-2023)

Região	Número de Empresários
CENTRO OESTE	
DF	1
GO	2
MS	1
MT	2
NORDESTE	
AL	2
BA	1
CE	2
MA	0
PB	1
PE	1
PI	2
RN	1
SE	1
NORTE	
AC	1
AM	2
AP	0
PA	1
RO	1
RR	1
TO	3
SUDESTE	
ES	1
MG	2
RJ	3
SP	1
SUL	

PR	2
RS	1
SC	2
TOTAL GERAL	38
%	46,91

Fonte: DIAP (2018)

No que tange às políticas públicas sociais, assim como na Câmara dos Deputados, a correlação de forças no Senado é desfavorável aos assalariados, conforme se verifica no perfil socioeconômico, com mais de dois terços de empresários e profissionais liberais, e a expressiva presença de senadores nas bancadas informais mais conservadoras, como ruralista, da bala e evangélica (DIAP, 2018).

Tabela 4 - Quantitativo de Empresários no Novo Senado por partido político (Legislatura 2019-2023)

Partido	Número de empresários
DEM	4
MDB	8
PDT	2
PHS	1
Pode	3
PP	3
PPS	1
PR	2
PRB	0
Pros	1
PRP	0
PSB	0
PSC	0
PSD	4
PSDB	4
PSL	1
PT	1
PTB	2
Rede	0
SEM PARTIDO	0
SD	1
Total Geral	38
%	46,91

Fonte: DIAP (2018)

A bancada ruralista, uma das mais eficientes do Congresso Nacional, mesmo tendo diminuído de tamanho na Câmara dos Deputados, aumentou sua presença no Senado Federal e ganhou força no governo Bolsonaro, como será analisado na próxima seção, mediante o avanço na votação das pautas de políticas públicas em benefício do agronegócio. Isso decorre, de um lado, pelo fato de o presidente ter assumido a pauta da bancada e feito dela uma interlocutora de seu governo, e, de outro, pela nomeação de

lideranças do agronegócio para postos-chave no governo, como dois ministros de Estado oriundos da Frente do Agronegócio, além da criação da Secretaria de Assuntos Fundiários para acomodar o presidente da UDR - União Democrática Ruralista (DIAP, 2018).

A atual ministra da Agricultura do governo Bolsonaro, deputada federal (DEM-MS) e ex-líder da bancada ruralista, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias⁷, também conhecida como “musa do veneno” e/ou “menina veneno” (BRASIL DE FATO, 09/11/2018), é engenheira agrônoma, empresária do meio rural e faz com que o agronegócio tenha uma porta voz e representante de peso para as demandas do setor no Executivo federal. Nesse contexto, embora o ex-presidente da Frente do Agronegócio, deputado Marcos Montes (PSD-MG), não tenha sido reeleito, já que concorreu a vice-governador de Minas na chapa encabeçada pelo senador Antonio Anastasia (PSDB), ele foi nomeado para o cargo de secretário-executivo do Ministério da Agricultura, segundo posto mais importante da estrutura da pasta. Trata-se, provavelmente, do Ministério com mais lideranças vinculadas ao agronegócio nos últimos governos (DIAP, 2018; G1, 27/11/2018). Dados do DIAP mostram que a 56ª Legislatura, iniciada em fevereiro de 2019, assinala a presença de 107 parlamentares ruralistas, sendo 80 deputados e 27 senadores. Tal quantidade é menor que a bancada da 55ª Legislatura, quando contava com 109 deputados e 17 senadores. Para a 54ª Legislatura, foram eleitos 160 ruralistas – 142 deputados e 18 senadores (DIAP, 2018). Mesmo com a redução da bancada quando comparada às legislaturas anteriores, a presença de parlamentares representantes do agrobusiness é muito significativa⁸.

Enquanto a bancada ruralista e empresarial é sobre-representada, a bancada sindical foi muito reduzida, contando com 35 representantes na Câmara dos Deputados e apenas 5 senadores. A bancada sindical na Câmara é formada por 27 deputados reeleitos e 8 novos. No Senado, a bancada dos trabalhadores sofreu revés ainda maior. A composição é de 2 reeleitos, 2 novos e 1 atual, que tem mandato até 2023. Dos 9 representantes que a bancada possui nesta legislatura, apenas os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Paulo Paim (PT-RS) conseguiram renovar os respectivos mandatos. De fato, a retração dos direitos dos trabalhadores começou no limiar do segundo mandato de Dilma Rousseff, em 2015, sobretudo a partir da edição das medidas provisórias (MP) 664 e 665, de 2015. A 1ª alterou a legislação (Leis n. 8.213/91; n. 10.876/04; n. 8.112/90 e n. 10.666/03), tratando dos seguintes auxílios: pensão por morte (inclusive dos servidores públicos) e auxílio doença. A 2ª alterou as regras para percepção de seguro-desemprego e abono salarial para os trabalhadores, consolidando-se com o impeachment de 2016. A supressão de direitos constitucionalmente consagrados

⁷ Deputada federal de primeiro mandato, ela chegou à Câmara em fevereiro de 2015 pelo PSB, partido que ajudou a fortalecer em municípios do interior do Mato Grosso do Sul. O estado é um dos mais marcados pela atuação do agronegócio, sendo responsável por colocar o Centro-Oeste em primeiro lugar na lista das regiões que têm os principais parlamentares anti-indígenas do Brasil (BRASIL DE FATO, 09/11/2018).

⁸ O DIAP classifica como integrante da bancada ruralista o parlamentar que, embora não sendo proprietário rural ou atuando na área do agronegócio, assume sem constrangimento a defesa dos pleitos da bancada, não apenas em plenários ou comissões, como também em entrevistas à imprensa e em outras manifestações públicas. Nesse sentido, destacam-se o deputado reeleito Onyx Lorenzoni (DEM-RS), atual ministro da Cidadania, que, mesmo não sendo latifundiário, defende a bancada do agronegócio no Congresso Nacional. O parlamentar integra a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, colegiado permanente para onde são encaminhadas e discutidas demandas do setor rural (DIAP, 2018).

aprofundou-se com a aprovação da Emenda Constitucional N. 95/2016 (Teto de Gastos Públicos) - que impõe um teto declinante sobre os gastos sociais em termos do PIB por 20 anos -, da Terceirização irrestrita (Lei 13.429/2017); da Lei Geral de Responsabilidade das Estatais (13.303/2016); da lei que desobrigou a Petrobras de ser a operadora única dos blocos de exploração do pré-sal no regime de partilha de produção (Lei 13.365/2016); da Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467/2017); e da Lei que visa limitar a 31 de julho de 2022 os benefícios fiscais concedidos pelo Brasil a empresas petrolíferas estrangeiras que atuarão em blocos das camadas pré-sal e pós-sal, inclusive por meio de isenções para importação de máquinas e equipamentos (Lei n. 13.586/2017) (BOSCHI e PINHO, 2019ab; DIAP, 2018; FLEURY e PINHO, 2018, 2019).

3. Empresariado na Campanha Eleitoral de 2018 e o Governo de Jair Bolsonaro: o primado do liberalismo-ortodoxo, a conversão da agenda empresarial em políticas públicas, a retração do PIB industrial e as tensões no âmago da coalizão de representação de interesses empresariais

A campanha eleitoral de 2018 contou com manifestações explícitas de segmentos do empresariado em defesa da candidatura de Jair Bolsonaro. De acordo com a opinião de alguns empresários, a eleição de Bolsonaro simboliza uma resposta à predominância dos partidos de esquerda, do “comunismo”, do “socialismo”, da “corrupção”. Nesse sentido, a ausência do empresariado da vida política convergiu para o agravamento da crise político-econômica do país durante os governos do PT. Luciano Hang, que é proprietário da Havan, empresa do setor varejista, cabo eleitoral e um dos mais entusiastas apoiadores de Jair Bolsonaro nas redes sociais, chegou a ser multado pelo Tribunal Superior Eleitoral por ter impulsionado publicações do candidato no Facebook (EXAME, 27/09/2018). Em suas palavras:

“Acho que a falta de entrosamento político da classe empresarial levou o país à situação em que nos encontramos hoje. Houve uma terceirização da política a pessoas de mau caráter, corruptas, comunistas, socialistas e vigaristas (EL PAÍS BRASIL, 02/09/2018)”.

Embora o empresário tenha dito que entrou na discussão política para ser um ativista, já que o “Brasil está virado de cabeça para baixo”, a sua atuação militante também lhe rendeu uma ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina, que o acusa de ter intimidado seus funcionários a votar no candidato Jair Bolsonaro. O MPT cobra multa que pode chegar a R\$ 100 milhões. Hang nega que tenha coagido os funcionários (ESTADÃO, 23/12/2018). Retórica similar em defesa do combate à corrupção e da desregulamentação econômica é apresentada por Meyer Joseph Nigri⁹, Fundador da construtora Tecnisa, que doou 30 mil reais para a campanha

⁹ No mesmo dia em que foi publicada a entrevista do empresário Meyer Nigri, em que afirma acreditar que “90% da comunidade judaica seja a favor de Bolsonaro (PIAUÍ, 19/02/2018)”, a Confederação Israelita do Brasil, a Conib, divulgou uma nota lamentando a postura de alguns de seus membros, que pretendem identificar a comunidade com um ou outro candidato. Além disso, o presidente do Conselho Geral das entidades ligadas à Federação Israelita do Rio Grande do Sul, ex-vice da Conib e ex-presidente da Federação Israelita gaúcha, Henry Chmelnitsky, de 66 anos, também lamentou a declaração de Meyer Nigri em nome da comunidade, argumentando que, em toda sua vida, nunca viu uma reunião com mais de dez judeus, em que nove fossem a favor da direita. Segundo ele, Bolsonaro não representa a média da

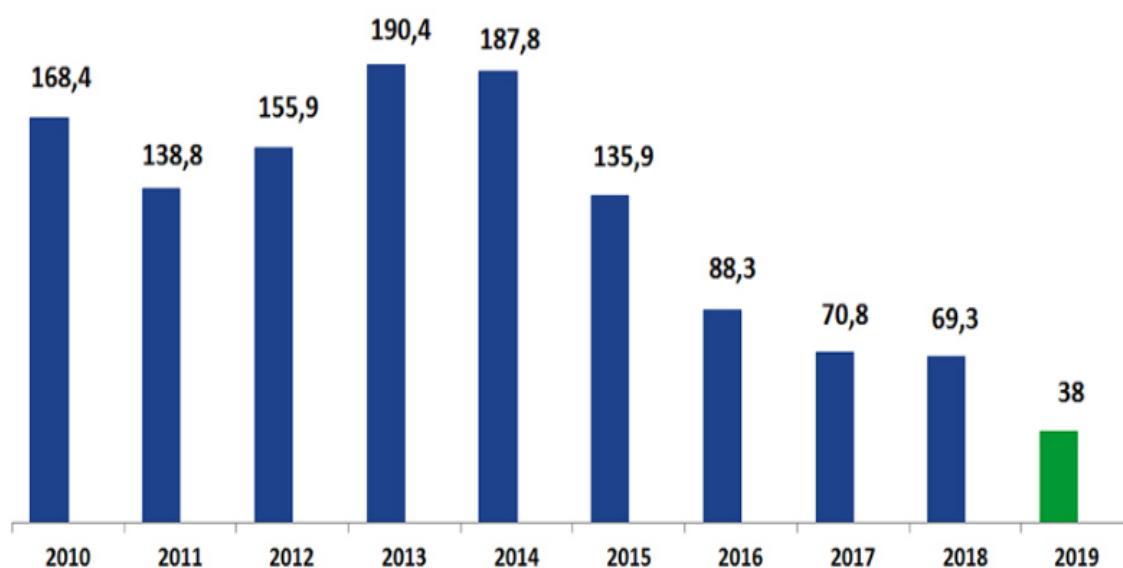
de Bolsonaro. Ele crê que 90% da comunidade judaica apoia Bolsonaro, embora os 10% que não o apoiam sejam mais barulhentos, já que a esquerda sempre foi mais combativa. Em entrevista concedida à revista Piauí ele afirma:

“Apoio quem seja contra a esquerda, Bolsonaro, Alckmin ou qualquer outro.” (...) o Brasil virou “um país socialista, impossível para os empresários”. (...) “as leis trabalhistas, as cabeças dos procuradores, dos juízes, são pró-socialistas (PIAÚÍ, 19/02/2018)”.

Ainda que sem o ímpeto do proprietário da Havan, outros empresários já foram a público anunciar sua intenção de votar no ex-militar. São eles Meyer Nigri (Tecnisa), Bráulio Bacchi (Artefacto), Sebastião Bomfim Filho (Centauro) e Luiz Antonio Nabhan Garcia (União Democrática Ruralista). Todos participaram de encontros com o presidenciável, como um café da manhã, ocorrido em 10/08/2018, que reuniu 62 empresários. Luiz Antonio Nabhan Garcia, ex-presidente da UDR e atual secretário especial de Assuntos fundiários do governo Bolsonaro, por exemplo, realizou uma caravana no interior de São Paulo, reduto de Geraldo Alckmin, em prol do candidato. Em um evento em julho no Pará, o pecuarista aproveitou para pedir: “Quando o senhor se tornar presidente, vê o que fará com essa gente da Funai, do Ibama, do Ministério Público, que não respeita a propriedade privada (EL PAÍS BRASIL, 02/09/2018)”. Merecem ser destacados outros empresários que apoiaram a candidatura de Jair Bolsonaro, como os sócios da rede de restaurantes Coco Bambu, Afrânio Barreira Filho e Eugênio Veras Vieira, que doaram 20 mil reais cada para a campanha de Bolsonaro. O grupo fundado no Ceará em 2001 tem 28 lojas distribuídas pelo país, e fechou 2017 com uma receita de R\$ 574 milhões, três vezes mais do que em 2013. O já citado Sebastião Bonfim Filho, proprietário da rede de varejo de artigos esportivos Centauro, declarou apoio a Bolsonaro, embora reconheça o seu despreparo adequado para o cargo. Em sua visão, o candidato do PSL é a chance de romper com “o modelo que está aí”, que é refém do presidencialismo de coalizão e de um Estado que alimenta privilégios (ESTADÃO, 31/03/2019; EXAME, 27/09/2018). Em sinergia com essa concepção, o fundador do Habib’s, Alberto Saraiva, que foi um dos empresários que mais abertamente trabalhou pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, afirmou que o governo cumpre uma função importante no sentido de “virar” a economia. Todavia, ressalta que polêmicas desnecessárias poderiam ser evitadas para dar mais *estabilidade* ao País. Segundo ele, “falta uma maturidade e planificação comportamental do nosso representante maior (ESTADÃO, 03/09/2019)”.

comunidade, marcada pela diversidade e que nunca teve lideranças vinculadas a extremos (PIAÚÍ, 23/02/2018).

Gráfico 1 – Evolução dos desembolsos do BNDES (R\$ bilhões) – 2010-2019¹⁰



Fonte: BNDES

Parte do apoio empresarial a Jair Bolsonaro surgiu fora dos círculos paulistas, fomentado pela decisão do ex-deputado de abraçar o ideário liberal. De família do ramo petroquímico no Rio Grande do Sul, Winston Ling, que mora na China, uniu-se ao movimento logo no início e acabou tendo papel importante na campanha. Ele ajudou a aproximar Bolsonaro do economista Paulo Guedes, atual ministro da Economia e fiador do plano econômico de austeridade fiscal. Guedes e Ling se conheciam da militância liberal, dos encontros do Instituto Millenium e do Fórum da Liberdade de Porto Alegre. O empresário afirmou que saiu do Brasil em 1991 para investir nos Estados Unidos e passou a morar fora por conta do pessimismo com a situação do País. Entretanto, com a vitória de Bolsonaro e a ida de Paulo Guedes para o governo, o empresário avalia retomar investimentos no e até morar no Brasil. Dono de fintechs, Ling defende um governo menos protecionista, a redução de regulamentação e impostos para que as empresas brasileiras fiquem mais competitivas. Além disso, pela afinidade de ideias,

¹⁰ Os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff foram marcados pela utilização do BNDES como instrumento de indução das grandes corporações intituladas “campeãs nacionais”, cujos exemplos são a empresa de telefonia Oi, a holding J&F, dona da frigorífica JBS, e a holding EBX, do empresário Eike Batista. Tais empresas recebiam atenção especial do BNDES, seja na forma de participação do BNDESPar ou de crédito de longo prazo a taxas subsidiadas. A ideia era incentivar determinadas áreas da economia por meio de empresas grandes, projetando essas companhias no cenário de concorrência internacional. A política das “campeãs nacionais” durou de 2007 a 2013. Os aportes da ordem de mais de R\$ 400 bilhões do governo federal ao BNDES entre 2008 e 2014 foram alvos de críticas, e passaram a ser devolvidos a partir de 2015, ainda na gestão de Dilma Rousseff. As devoluções continuaram nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. A partir de 2016, sob a presidência de Michel Temer, o BNDES adotou novas diretrizes, a começar pelo tamanho das empresas que recebem os aportes da instituição de fomento. O governo decidiu deixar de focar nas empresas grandes para aumentar os desembolsos menores em micro, pequenas e médias empresas. Ganhou força também a ideia de dar mais importância a planos com maior “retorno social”, nas áreas de educação, saúde, inovação, exportação, meio ambiente e infraestrutura. No governo Bolsonaro, o foco do BNDES incide em serviços, deixando de utilizar o crédito como ferramenta única do banco, o que implica fomentar a desestatização de empresas do governo, preparando a venda das companhias e ajudando o lado dos compradores com crédito. Nesse sentido, o setor de saneamento seria o alvo prioritário (NEXO, 07/10/2019).

logo foi arrematado ao grupo bolsonarista o mineiro Salim Mattar¹¹, fundador e sócio da Localiza, atual secretário especial de Desestatização e Desinvestimentos do Ministério da Economia e articulador do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), responsável por concessões e privatizações. Embora tenha apoiado no primeiro turno das eleições o candidato João Amêdo, do Novo, migrou para Bolsonaro no segundo turno (ESTADÃO, 23/12/2018; ISTO É, 03/02/2020).

Em 26/03/2019, uma visita do vice-presidente Hamilton Mourão (PRTB) à FIESP, ultrapassou a capacidade do auditório da entidade, na Avenida Paulista, sobretudo com a chegada de mais de 700 representantes das empresas para ocupar os 456 lugares do teatro, levando a organização a ligar telões em salas anexas e até no 15º andar, no espaço reservado para as reuniões da diretoria. Posteriormente, Mourão seguiu para um jantar informal na casa do presidente da FIESP, Paulo Skaf, para o qual foram convidados 30 empresários e executivos de peso, como André Gerdau (Grupo Gerdau), Flavio Rocha (Riachuelo), Josué Gomes da Silva (Coteminas) e David Feffer (Suzano). A lista abrange uma série de chefes de grandes empresas como Marcelo Melchior (Nestlé), Fabio Coelho (Google Brasil), Frederico Curado (Ultra), Paulo Cesar de Souza e Silva (Embraer), entre outros. No dia seguinte, após cancelar um evento na Universidade Mackenzie em razão de protestos de alunos, Bolsonaro foi ao bairro do Morumbi, na casa de Elie Horn, fundador da Cyrela e um dos apoiadores de sua candidatura. Dessa vez, além de Flavio Rocha, que comparecera ao jantar de Mourão, reuniram-se nomes próximos de Bolsonaro, como Sebastião Bonfim (Centaurus) e Meyer Nigri (Tecnisa), além de Benjamin Steinbruch (CSN), Michael Klein (Grupo CB) e outros (FOLHA DE SÃO PAULO, 28/03/2019).

Em evento na FIESP que contou com a presença do presidente da instituição, Paulo Skaf, e dos ministros da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, e da Economia, Paulo Guedes, o presidente Jair Bolsonaro foi condecorado com a Ordem do Mérito Industrial de São Paulo, no grau Grã-Cruz destinada a personalidades e instituições nacionais e estrangeiras dignas do reconhecimento ou da admiração da indústria. Em seu discurso, o mandatário afirmou: “Os senhores podem até sobreviver sem governo. Mas um governo sucumbirá sem os senhores. Quem deve conduzir o destino da nação são os senhores. O que nós temos obrigação de fazer? Não atrapalhá-los! Coisa comum até há pouco tempo¹²”. Na ocasião, o presidente anunciou a redução de 3% no preço da gasolina e a independência da política adotada pela Petrobras. O líder da FIESP retribuiu o respeito que Jair Bolsonaro tem em relação às classes produtivas. “Estamos alinhados com a agenda econômica do governo”, disse ele, reiterando o apoio à reforma da Previdência. “Sua aprovação abrirá portas para o ajuste fiscal, o combate ao desperdício, a modernização do Estado, a desburocratização, e a reforma tributária.” Além disso, acrescentou que a referida reforma irá gerar uma expectativa positiva na economia, criando condições favoráveis para a necessária retomada do crescimento e do emprego. Em sua fala, quando o Brasil superar essas reformas, estará apto a entrar

¹¹ O secretário afirmou, ao participar da 20ª Conferência Anual Santander em São Paulo, que o verdadeiro motivo de compor a equipe do governo federal é a vocação e inclinação do presidente da República, Jair Bolsonaro, em privatizar. O secretário reforçou que a meta da sua pasta é levar o País na direção da abertura de sua economia e que, para isso, dentre todos os pontos da agenda liberal do atual governo, as privatizações serão levadas a cabo. Em suas palavras: “Eu acho que governo não deve investir. Quem quer investir é o setor privado” (ISTO É, 12/08/2019).

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=j8c7oxlRp18>. Acesso em: 09/02/2020. Acesso em: 12/02/2020.

definitivamente na era da quarta revolução industrial, da inteligência artificial, da internet das coisas e contemplar a agenda da inovação tecnológica, para a qual precisará de profissionais qualificados (FIESP, 11/06/2019). A FIESP tem se tornado o “escritório informal” do governo Bolsonaro em São Paulo, haja vista a presença frequente de auxiliares do governo federal na sede da instituição. Paulo Skaf tornou-se um importante aliado em São Paulo, após a ruptura política do presidente com o governador João Dória (PSDB). A relação entre o presidente e o líder da FIESP tem interesses a curto e médio prazos. Skaf alimenta o projeto de ser candidato a governador de São Paulo em 2022 pelo Aliança, novo partido de Bolsonaro. O presidente vê em Skaf, hoje no MDB, um canal para se aproximar do empresariado paulista e estruturar seu partido no estado (O GLOBO, 14/02/2020).

Noutra ocasião, em almoço oferecido na sede da FIESP, com a presença de cerca de 250 empresários e dirigentes de sindicatos patronais ligados à federação¹³, Paulo Skaf manifestou apoio declarado ao governo de Jair Bolsonaro, afirmando acreditar que o crescimento da economia em 2020 será de 2,5% a 3%. Diretores e empresários que foram convidados para o almoço afirmam que Paulo Skaf, a despeito de qualquer ambição eleitoral, conseguiu consolidar a aproximação do setor privado com o presidente e que o líder da FIESP tem o papel de promover tal interlocução. Skaf é um dos principais aliados na fundação do partido Aliança Pelo Brasil (cujo símbolo é um revólver calibre 38, pois defende que todos tenham o direito de portar arma para a legítima defesa), que será a agremiação de Bolsonaro para a campanha de reeleição presidencial em 2022 (FOLHA DE SÃO PAULO, 24/01/2020, 03/02/2020, 04/02/2020; VALOR ECONÔMICO, 04/02/2020). O presidente, por sua vez, afirmou que quer Skaf filiado ao seu partido para disputar o governo de São Paulo nas próximas eleições, já que o presidente da FIESP atualmente está no MDB. Nas palavras da principal liderança da FIESP:

“Estamos apoiando o seu governo claramente, não por questão partidária, mas por questão de enxergarmos com clareza que estamos no rumo certo (...) A Fiesp não se mete em problemas partidários, mas se mete na política de desenvolvimento do país (...) Estamos aqui para defender o Brasil. Por essa razão esta casa está apoiando sim o governo Jair Bolsonaro (VALOR ECONÔMICO, 04/02/2020)”

Diante da dificuldade do governo em articular politicamente a aprovação da reforma da Previdência no Congresso e buscar influir ativamente na elaboração de políticas públicas de modo a destravar a pauta de liberalização econômica, um grupo de empresários fez lobby no Executivo e no Legislativo. A estratégia para reforçar o discurso em defesa da ‘Nova Previdência’ teve início em campanhas nas redes sociais, passou pela pressão sobre deputados e senadores, pela abertura de um escritório de lobby em Brasília e até por um convite para ocupar uma sala dentro do Ministério da Economia. Formado por um grupo de empresários que desde a corrida presidencial apoiou Jair Bolsonaro e as políticas do ministro Paulo Guedes, o *Movimento Brasil 200* liderou as iniciativas. A entidade - que reúne empresários como Flávio Rocha (Riachuelo), Luciano Hang (Havan), Sebastião Bomfim (Centaurus) e João Apolinário

¹³ Cabe apontar que, do lado de fora do evento, a Central Única dos Trabalhadoras (CUT) e outras centrais sindicais fizeram um protesto por empregos (FOLHA DE SÃO PAULO, 04/02/2020).

(Polishop) - procurou individualmente os parlamentares para recolher assinaturas dos que se comprometeram a votar a favor da reforma. A lista contou com aproximadamente 230 deputados e 10 senadores. Um dos aliados mais aguerridos do governo Bolsonaro, o dono da Havan, Luciano Hang, fez dupla jornada para tentar garantir a aprovação da reforma da Previdência. Além de ser um dos integrantes do *Movimento Brasil 200*, iniciou a campanha própria nas redes sociais com o mote “Previdência ou morte”. Para reforçar o argumento, marcou “live” no Twitter - onde tem 245 mil seguidores - para tratar do assunto (ESTADÃO, 31/03/2019; 12/05/2019).

Um dos segmentos do empresariado dotado de força parlamentar e uma das principais bancadas no Congresso Nacional, o agronegócio foi bastante beneficiado no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. Com 285 membros, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) foi protagonista na formação e na sustentação do governo Bolsonaro em seu primeiro ano de gestão. Teve poder na escolha de ministros, na definição de presidentes de órgãos importantes e ocupou cargos estratégicos no Palácio do Planalto, além de bancar votações decisivas nos plenários da Câmara e do Senado. Diante de tamanha influência, alcançou vitórias históricas no Legislativo. Entretanto, falhas na articulação política reconhecidas por seus líderes, impediram que os resultados fossem ainda melhores, mas estão sendo “corrigidas” para consolidar o avanço em 2020. O fato é que o alinhamento e a influência direta da bancada ruralista no Poder Executivo já garantiram medidas estruturantes, e há tempos desejadas, para o agronegócio nacional. Ainda que os recursos do crédito agrícola subsidiado tenham encolhido, houve melhora no ambiente de financiamento no mercado privado com a “MP do Agro” (897/2019), que deverá ser referendada em março de 2020. Novas regras para regularização fundiária, implementadas também por medida provisória (910/2019), beneficiaram milhares de produtores, e a abertura de prazo indefinido para adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) evitará problemas para outros tantos. A revisão de normas nos processos de fiscalização trabalhista e ambiental foi outro passo bem acolhido (VALOR ECONÔMICO, 23/12/2019). A bancada, com o suporte da maioria das entidades que representam produtores e agroindústrias, assevera que o momento é favorável para avanços também nessa frente, e garante que o setor segue a lei, mas o rumo das discussões preocupa ambientalistas. Segundo o coordenador de políticas públicas da ONG Greenpeace e membro do Observatório do Clima, Márcio Astrini:

“Houve uma mudança radical na forma como se toma decisão. Antes, as medidas eram discutidas dentro do Congresso, mas agora passaram ao Executivo, que abriu mão do papel de mediador e trouxe tensão extra para a agenda. Houve diversos retrocessos, que se transformaram em propaganda negativa do país para fora (VALOR ECONÔMICO, 23/12/2019).”

Tal embate sugere agravar as tensões em 2020, já que a pauta ambiental será um dos focos da bancada ruralista. Entre suas prioridades, estarão o novo marco legal do Licenciamento Ambiental, que prevê a simplificação da autorização para empreendimentos, a Lei de Defensivos Agrícolas, que deverá agilizar a aprovação de registros de agrotóxicos, e o projeto para instituir o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Nos três casos, os textos estão praticamente prontos para votação. Um aspecto sensível diz respeito à promessa de Bolsonaro de incluir em proposta de liberação de atividade de mineração em terras indígenas e também o aval para a criação de gado - com o objetivo de reduzir o preço da carne, segundo ele. Para o secretário de Política

Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), Antoninho Rovaris, “o grande agronegócio é influência concreta e decisiva no governo”. Tal argumento, contudo, é rebatido pelo senador ruralista Luis Carlos Heinze (PP-RS), afirmando que o governo Bolsonaro é favorável ao agronegócio de modo geral e a toda forma de empreendedorismo, já que o comando é diferente, traz confiança para produtores, investidores e anima o empresariado. O “comando” diferente ao qual se refere Heinze também garantiu aos ruralistas a extensão da posse de armas de fogo para toda a área das propriedades e garantiu que as aposentadorias de trabalhadores rurais passassem ao largo da Reforma da Previdência. Outra relevante pendência que está sendo equacionada refere-se à venda de terras para estrangeiros, que foi votada em comissões no Senado mas depende de análise da Comissão de Constituição e Justiça da Casa para seguir para a Câmara. Assim, a força da FPA no Congresso e a influência da bancada no governo estão sendo testadas nas acaloradas discussões sobre o perdão do passivo do Fundo de Amparo ao Trabalhador Rural (Funrural), que chega a R\$ 11 bilhões e constitui uma promessa de campanha de Bolsonaro suprimi-lo (VALOR ECONÔMICO, 23/12/2019).

Tabela 4 - Avanços obtidos pela bancada ruralista em suas demandas no Congresso

■ Matérias que viraram leis	■ Matérias que avançaram no legislativo	■ Matérias que avançaram no executivo, mas dependem do congresso
Abertura de prazo indefinido para inscrição no CAR, o Cadastro Ambiental Rural (Lei 13.887/2019)	Regularização de imóveis em faixas de fronteira (aprovada na Câmara, à espera de votação no Senado - PL 1792/2019)	MP do Agro, que amplia as fontes de financiamento do setor
Permissão para posse de armas de fogo em todo o território de uma fazenda (Lei 13.870/2019)	Pagamento por Serviços Ambientais (aprovado na Câmara, à espera de votação no Senado - PL 312/2015)	MP da Regularização Fundiária
Manutenção das condições para aposentadorias rurais em meio à reforma da Previdência (Emenda Constitucional 103/2019)	Venda de terras para estrangeiros (aprovada nas comissões de Agricultura e Assuntos Econômicos do Senado, à espera de votação na CCJ e de análise da Câmara - PL 2963/2019)	Crédito suplementar para o Plano Safra, destinado ao seguro rural

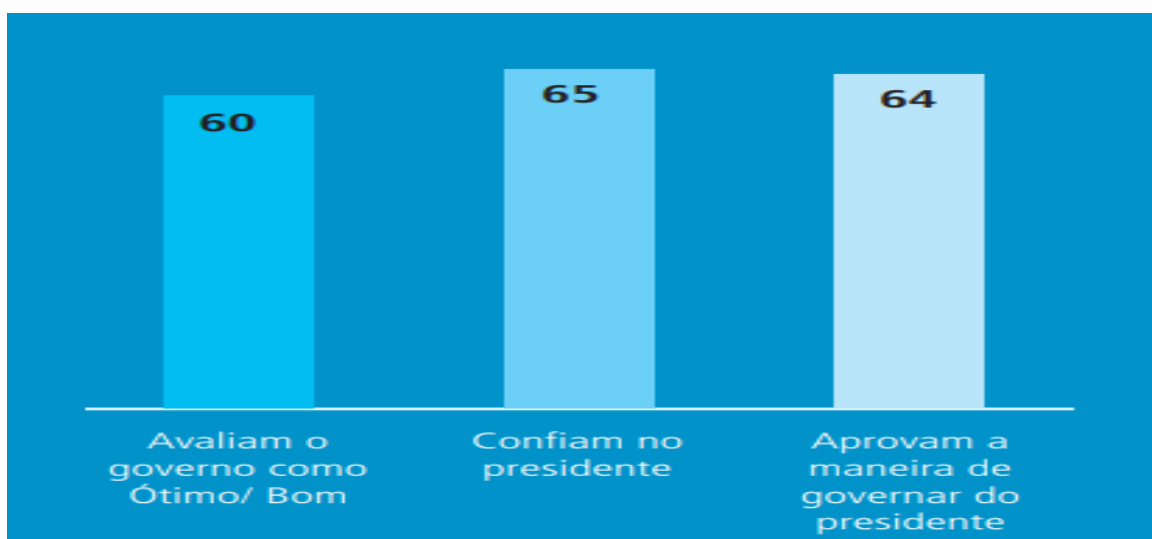
Fonte: Valor Econômico (23/12/2019).

De acordo com pesquisa divulgada no dia 11/12/2019 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 60% dos empresários industriais consideram o governo ótimo ou bom, e apenas 7% avaliam como ruim ou péssimo; 26% acham que o governo é regular. As duas áreas mais bem avaliadas pelos empresários industriais são “relações de trabalho/legislação trabalhista” e “taxa de juros¹⁴”. Em ambas as áreas a atuação do

¹⁴ De acordo com dados do IEDI, ainda que a taxa básica de juros (Selic) tenha sido reduzida pelo Banco Central em pouco mais de 30% em 2019, os juros médios ao tomador final pouco se mexeram. Assim, o estoque de crédito às famílias progrediu de 26% do PIB em dez/18 para 27,6% em dez/19. Enquanto isso, o saldo contratado pelas empresas manteve trajetória cadente, passando de 21,3% para 20,2% do PIB no mesmo período, decorrente de estratégias corporativas de redução de endividamento, mas também por um dinamismo fraco de novas concessões às empresas. Tomando apenas as operações de crédito livre, que refletem melhor as taxas de mercado, o nível médio de juros nominais às empresas saiu de 20,7% ao ano

governo é avaliada como ótima ou boa por cerca de dois terços dos empresários industriais (respectivamente, 64% e 63%). Em seguida, aparece a atuação do governo na “redução da burocracia”, classificada como ótima ou boa por 47% dos empresários industriais. As duas áreas com maior taxa de reprovação, isto é, percentual de avaliações da atuação do governo como ruim ou péssima, são “meio ambiente” e “educação”, ambas com 26%. Três em cada quatro empresários industriais concordam, totalmente ou em parte, que as ações e políticas do governo Bolsonaro em 2019 contribuíram para a melhoria da economia. Esse percentual é próximo ao dos que concordam, totalmente ou em parte, que a situação econômica estaria pior se não fossem as ações e políticas do governo em 2019. Entre os empresários industriais, 49% consideram que as políticas do governo Bolsonaro até agora estão muito alinhadas ou alinhadas aos interesses da indústria brasileira, enquanto 33% não as consideram nem alinhadas, nem desalinhadas e 5% as consideram contrárias ou muito contrárias aos interesses da indústria. Entre os empresários industriais, 65% confiam no presidente Bolsonaro e 64% aprovam a sua maneira de governar (AGÊNCIA BRASIL, 11/12/2019; CNI, 11/12/2019).

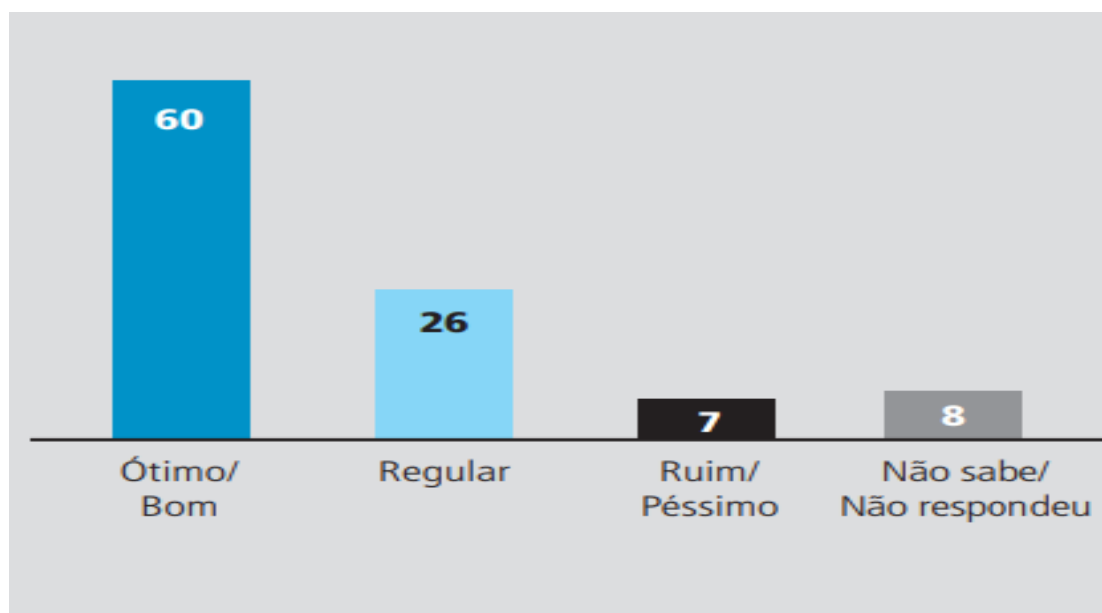
Gráfico 2. Satisfação dos empresários industriais com o governo do presidente Jair Bolsonaro – Percentual de respostas (%)



Fonte: CNI (11/12/2019).

em 2018 para 18,8% ao ano em 2019. Isto é, uma redução inferior a 10%, mesmo que a inadimplência média tenha se reduzido de 3,7% para 2,6% da carteira no mesmo período (queda de 30%). Tendo em vista o saldo total de crédito do sistema financeiro nacional por atividade econômica, a carteira de operações para o setor de serviços registrou R\$ 821,2 bilhões, o que significa um acréscimo nominal de 8,6% frente a dezembro de 2018. Já o setor da indústria aferiu o valor de R\$ 603,9 bilhões, decréscimo de 8,5% frente ao mesmo mês de 2018 (IEDI, 2020).

Gráfico 3 – Avaliação do governo - Percentual de respostas (%)



Fonte: CNI (11/12/2019).

A terceira área com melhor avaliação é a atuação do governo em “redução da burocracia”, avaliada como ótima ou boa por 47%. Em seguida, também entre as áreas mais bem avaliadas, aparecem a atuação do governo sobre “comércio exterior”, avaliada como ótima ou boa por 41%, e sobre “segurança pública”, avaliada como ótima ou boa por 40%.

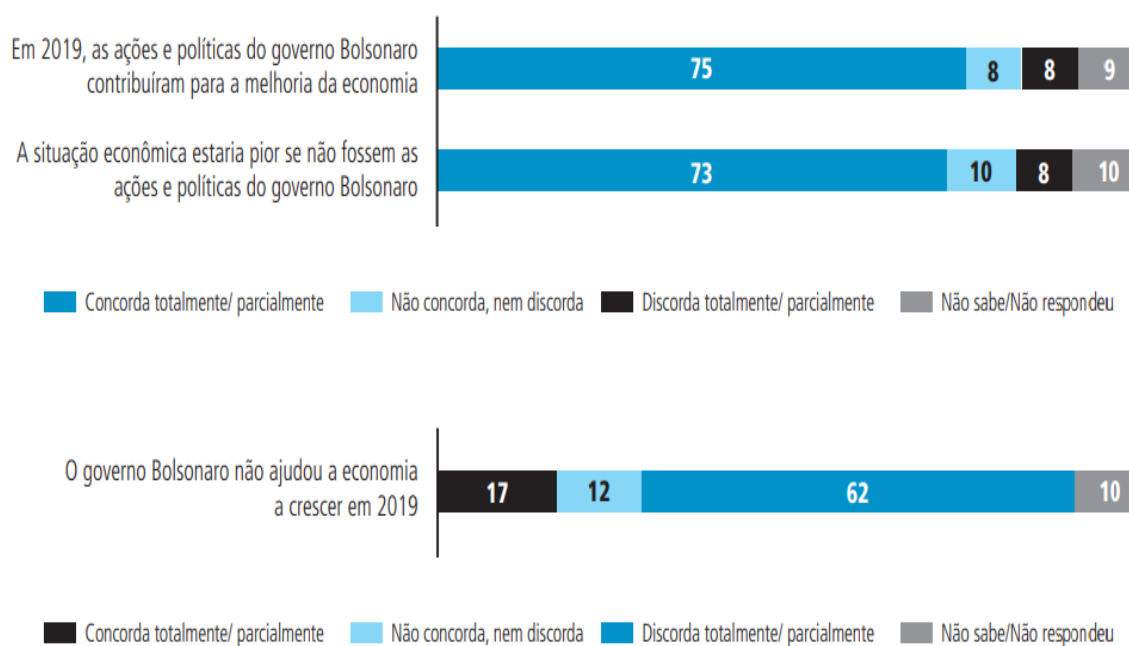
Gráfico 4 – Aprovação da atuação do governo por área – Percentual de respostas (%)



Fonte: CNI (11/12/2019).

Entre os empresários industriais, 75% concordam totalmente ou em parte que as ações e políticas do governo Bolsonaro contribuíram para a melhoria da economia em 2019. Ainda, 73% concordam totalmente ou em parte que a situação econômica estaria pior se não fossem as ações e políticas do governo Bolsonaro. Quando questionados se concordam que o governo Bolsonaro não ajudou a economia a crescer em 2019, 17% concordam totalmente ou em parte, enquanto 62% discordam, totalmente ou em parte.

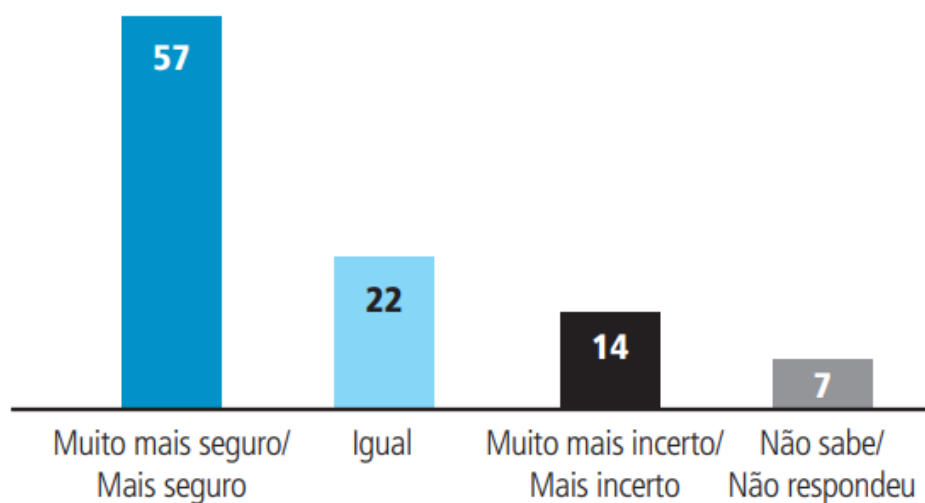
Gráfico 5 - Percentual sobre a contribuição do governo para a economia – Percentual de respostas (%)



Fonte: CNI (11/12/2019).

Praticamente seis em cada dez empresários industriais (57%) consideram que o ambiente hoje é muito mais seguro ou mais seguro para tomar decisões de negócios do que era em dezembro de 2018. Os que consideram que o ambiente hoje é muito mais incerto ou mais incerto do que em dezembro de 2018 são 14%.

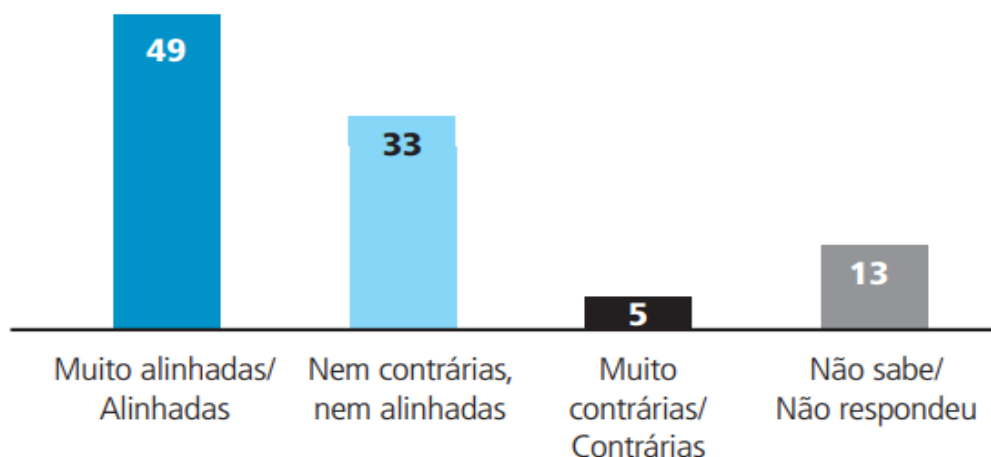
Gráfico 6 – Segurança para tomar decisões de negócios – Percentual (%)



Fonte: CNI (11/12/2019).

Entre os empresários industriais, 49% avaliam que as políticas do governo do presidente Jair Bolsonaro estão muito alinhadas ou alinhadas aos interesses da indústria, enquanto 5% as consideram contrárias ou muito contrárias. Os que avaliam que as políticas não estão sendo nem contrárias, nem alinhadas aos interesses da indústria são 33%.

Gráfico 7 – Alinhamento das políticas do governo aos interesses da indústria – Percentual de respostas (%)



Fonte: CNI (11/12/2019).

Não obstante o otimismo dos empresários industriais com a agenda econômica liberal-ortodoxa e reformista do governo Bolsonaro, conforme mostrado na pesquisa da CNI, evidencia-se, no cenário mais recente, uma clara insatisfação de segmentos dos

empresários da indústria de ponta com a aproximação (oportunista) de Paulo Skaf do atual mandatário, ensejando o uso político-partidário de seu cargo na FIESP e o culto à personalidade presidencial. Em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, Horácio Lafer Piva, Pedro Passos e Pedro Wongtschowski, membros, respectivamente, dos conselhos de administração da Klabin, da Natura&Co e da Ultrapar atentam para a perda de espaço da indústria no PIB em razão de transformações tecnológicas globais, dos novos modelos de negócios, da falta de investimentos em pesquisa e inovação, assim como de um descaso histórico com a educação, a cultura e a sustentabilidade. Segundo eles, “a Fiesp está em acelerado processo de destruição” tendo em vista a sua desgastada governança e a consequente necessidade de mudança no sistema de representação da indústria paulista (PIVA, PASSOS e WONGTSCHOWSKI, 21/01/2020). Convém salientar que as três empresas estão entre aquelas de maior intensidade tecnológica no Brasil, segmento ignorado pela política ultraliberal, desnacionalizante e submissa aos Estados Unidos, conduzida por Bolsonaro e Paulo Guedes. As críticas vão além do presidente e seu ministro da Economia, abarcando o ajuste fiscal iniciado no governo Dilma Rousseff (2011-2016), que prosseguiu com Michel Temer, e a Emenda Constitucional N. 95/2016 (Teto de Gastos Públicos), que corta o gasto público, asfixia o investimento e inviabiliza a política fiscal como instrumento de combate às crises econômicas. A área de inovação e tecnologia pagou um preço muito alto pela austeridade no momento em que há uma efervescência mundial em torno de novas tecnologias, acentua o dirigente de uma entidade (CARTA CAPITAL, 04/02/2020).

Tal visão é complementada em entrevista concedida pelo diretor executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Julio Sergio Gomes de Almeida, destacando que, nos últimos 10 anos, a participação da indústria de transformação, principal segmento do setor industrial, na economia brasileira, caiu de 16% do PIB para 10%. As sucessivas crises econômicas (dívida externa, crise fiscal, hiperinflação), na década de 1980, debilitaram o dinamismo que impulsionou a industrialização substitutiva de importações entre 1950 e 1980, fazendo com que a indústria brasileira, atualmente, tenha dinamismo, capacitação e produtividade muito menores quando compara ao resto do mundo¹⁵. O fim da hiperinflação com o Plano Real privilegiou a política monetária e, portanto, com taxas de juros muito altas e valorização cambial, que constituem óbices ao investimento empresarial e ao desenvolvimento industrial. Os juros altos também favoreciam taxas de câmbio mais valorizadas, colaborando para abrir flancos para o ingresso de importados e dificultando a abertura de mercados externos. Nesse sentido, o início da escalada industrial da China tirou do Brasil posições relevantes na destinação de investimentos estrangeiros diretos na indústria. A China tomou espaços da indústria brasileira no abastecimento de produtos industriais, particularmente na América Latina, e até nos Estados Unidos. Consequentemente, com menos investimento e com uma produtividade menor, não somente o empresário industrial adotou uma postura defensiva, mas também procurou diversificar seus negócios e foi se deslocando da indústria. Hoje, por exemplo, quem dirige as indústrias, com exceções, são executivos profissionais, não são mais os antigos donos, tornando difícil encontrar um empresário industrial, sobretudo nacional, que não tenha um braço no comércio, no agronegócio, na mineração ou no mercado financeiro. Ou seja, o

¹⁵ A fala do empresário industrial entrevistado sugere que o Nacional-Desenvolvimentismo (1930-1985), período no qual vicejou a industrialização substitutiva de importações foi benéfico para a economia brasileira, em contraposição às políticas de abertura comercial, desregulamentação, privatização e liberalização financeira levadas a cabo durante as reformas pró-mercado (1990-2002) (PINHO, 2019).

capitalismo está pulverizado em diferentes estratos da economia. Ainda segundo o diretor executivo do IEDI, a indústria mundial segue a chamada economia 4.0, com ênfase na digitalização, e o Brasil está cada vez mais afastado dessa diretriz e tal situação somente seria revertida se fosse implantado um programa especial de recuperação do dinamismo industrial (KUPFER, 04/02/2020).

No dia seguinte após a publicação do artigo dos três empresários industriais, Paulo Skaf publicou uma réplica no mesmo jornal, salientando que o presidente Bolsonaro promove a agenda econômica que a FIESP sempre defendeu, qual seja, de controle de gastos públicos, reformas estruturais, redução de juros, desburocratização, além de ter colocado o país no rumo certo e demonstrando estar comprometido com o crescimento e a geração de empregos. O dirigente chama atenção para o fato de a FIESP ser uma entidade política, todavia não partidária e em defesa dos interesses nacionais, como foi o caso de sua atuação na derrubada da CPMF e na defesa do impeachment de Dilma Rousseff:

“Engana-se quem pensa que a Fiesp não é, nem deve ser, uma entidade política. Deve sim. Ela é política, mas não partidária. Por isso, assumimos publicamente nossas posições e a defesa dos setores produtivos, do emprego e do bem do Brasil. Não temos medo de lutar pelo que acreditamos. Foi assim que lideramos as mais importantes campanhas do país nos últimos anos. Derrubamos a CPMF, barramos o aumento de impostos, combatemos os juros altos (...) Quando percebemos que a gestão da presidente Dilma Rousseff (PT) levaria o país ao abismo, tivemos a coragem de ser a primeira entidade a apoiar a população brasileira e o impeachment (SKAF, 22/01/2020)”.

Mobilizamos pesquisa publicada anteriormente sobre o apoio do empresariado ao impeachment de Dilma Rousseff, no contexto de grave crise do Estado brasileiro, de primazia da financeirização econômica e de erosão do corporativismo estatal enquanto instância de regulamentação das relações capital/trabalho, para mostrar a *contradição* no discurso do dirigente da FIESP, que não se pronunciou quando da emergência dos diversos escândalos de corrupção durante o governo de Michel Temer (2016-2018) (BOSCHI e PINHO, 2019b). Após participar ativamente do movimento pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, Paulo Skaf, disse que não caberia à entidade opinar sobre a renúncia ou permanência de Michel Temer no Palácio do Planalto, mas *discutir economia e não política* (ESTADÃO, 26/06/2017). Atualmente, contudo, ao manifestar apoio político explícito ao governo Bolsonaro, o líder da FIESP, que tem aspirações político-partidárias e um projeto pessoal de poder, reforça o caráter fundamentalmente político dessa instituição de representação dos interesses empresariais.

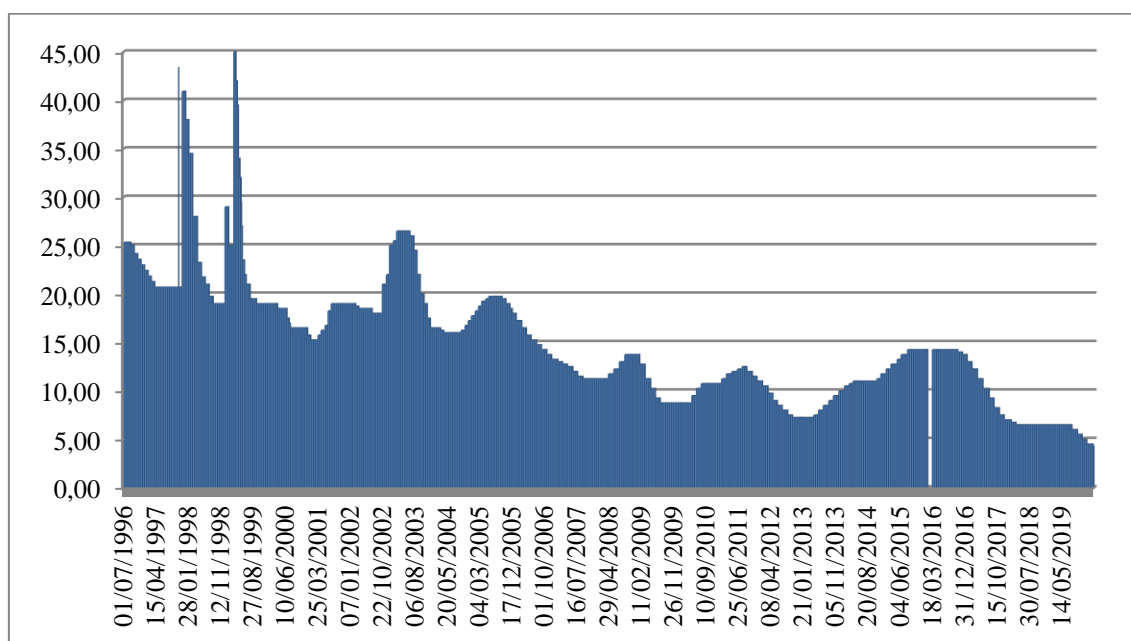
Numa crítica contundente às pretensões políticas do dirigente da FIESP, que está trabalhando para a organização do partido de Bolsonaro em São Paulo, o sociólogo Celso Rocha de Barros, articulista do jornal *Folha de São Paulo*, afirmou que Paulo Skaf “está amarrando a elite do estado mais dinâmico do Brasil ao que há de mais imundo e atrasado na tradição política brasileira”. Em suas palavras:

“São Paulo é suas universidades, é o centro da ciência nacional, é a Fapesp. Bolsonaro é censura ao Inpe, guerra às universidades e negacionismo climático. São Paulo foi o berço dos dois melhores partidos que o Brasil já teve, PT e

PSDB. Bolsonaro é uma infecção oportunista nascida das crises dos dois. São Paulo é um dos poucos estados em que dois grandes jornais sobreviveram. Bolsonaro pretende estrangulá-los financeiramente e substituí-los pelo jornalismo puxa-saco muito comum nas regiões mais pobres (BARROS, 06/01/2020)”

Nessa direção, em editorial intitulado “Cartório industrial”, o jornal *Folha de São Paulo* mostrou a tendência da FIESP de - enquanto organização nascida para representar interesses coletivos, dotada do monopólio da representação e financiada por meio de contribuições obrigatórias - se converter numa instituição impermeável à renovação de seus quadros, blindando seu limitado grupo dirigente, o que evidencia a “lei de ferro das oligarquias”, conceito sociológico de Robert Michels, um dos formuladores da teoria das elites (MICHELS, 1982). Segundo o editorial, Paulo Skaf, já foi eleito quatro vezes seguidas e poderá ter permanecido no cargo 16 anos, caso não reincida na mudança dos estatutos para alongar a estadia. Por duas vezes, nesse período, já pôde desvincular-se do posto, disputar eleições majoritárias e voltar a ele depois da derrota. As fronteiras entre, por um lado, a aventura política pessoal e, por outro lado, o comando de Fiesp e Ciesp - bem como dos braços paulistas de Sesi e Senai - ficaram manchadas (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/01/2020). De acordo com o jornal *O Estado de São Paulo*, que conversou com diversos empresários industriais, a percepção é de que a FIESP perdeu relevância no debate econômico à proporção que as ambições políticas de Skaf ganharam força. A aproximação do presidente da entidade com Bolsonaro - fortalecida a partir de uma viagem de ambos à China, em outubro de 2019 - é vista como algo que serve mais a um projeto político pessoal do que aos interesses da indústria paulista. Segundo um empresário entrevistado que pediu anonimato: “O Skaf é assim. Já foi lulista, dilmista e temerista (ESTADÃO, 24/02/2020)”.

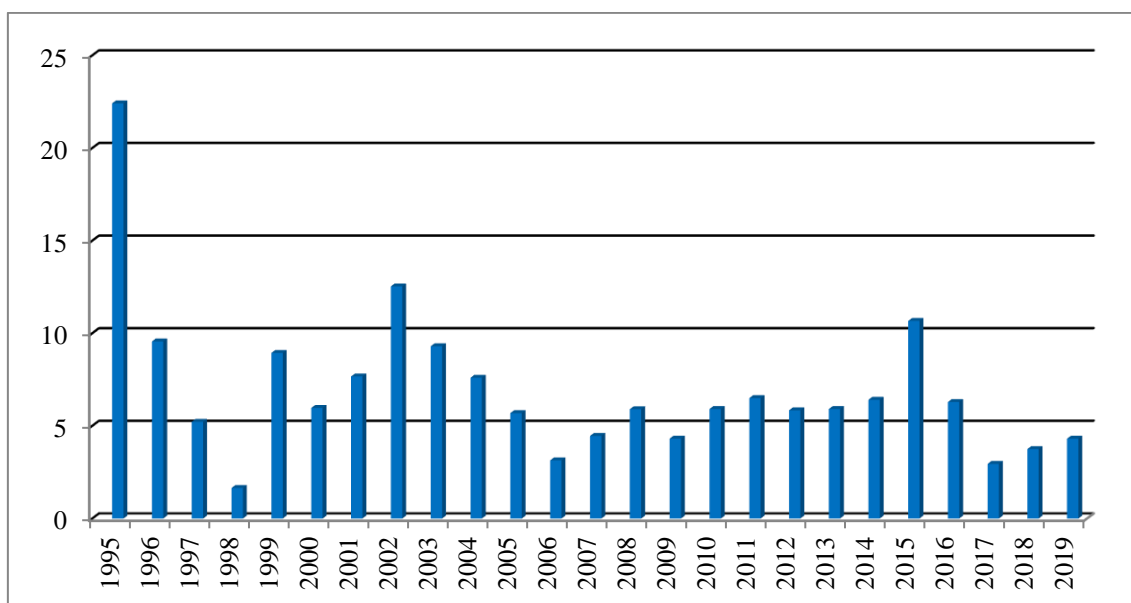
Gráfico 8 - Taxa de juros Selic - fixada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil - 01/07/1996 até 12/02/2020



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IPEADATA

A publicação do artigo dos 3 empresários industriais seguida do editorial da *Folha de São Paulo*, desencadeou conversas no prédio-sede da FIESP e em algumas entidades da categoria acerca dos problemas das classes produtoras, que remontam à crise da dívida externa e perda da terceira revolução industrial nos anos 1980, às décadas de juros elevados e real valorizado a partir do governo FHC (1995-2002) e ao aumento da abertura indiscriminada da economia desde a ruptura democrática que alçou Michel Temer ao cargo de presidente da República. A despeito do seu papel central na eleição de Bolsonaro, o empresariado não parece manter a mesma *coesão* de um ano atrás no apoio ao presidente que garantiu a contenção dos salários, a reforma da Previdência, a continuação da reforma trabalhista de Michel Temer, a redução dos juros básicos e da inflação. Ainda que a aprovação dessas medidas austeras seja um consenso, em alguns segmentos, acumulam-se questionamentos quanto à condução da economia, considerada muito prejudicial à indústria, sobretudo aos seus segmentos de alta tecnologia, apontam dirigentes de entidades empresariais (CARTA CAPITAL, 04/02/2020).

Gráfico 9 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - Variação acumulada no ano durante o Plano Real (%), dezembro 1995 - dezembro 2019

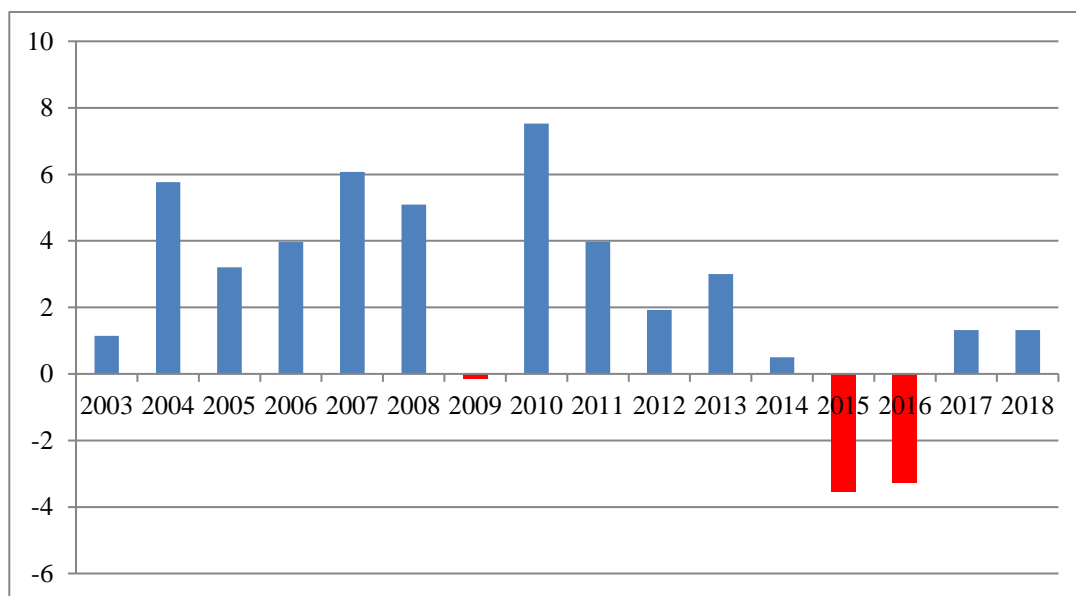


Fonte: elaboração própria com base em dados do IBGE

O recrudescimento do caráter liberal-ortodoxo da burocracia econômica do governo de Jair Bolsonaro enfraquece a competitividade da indústria e aguça a reprimarização da economia e da pauta exportadora. Ademais, a adesão explícita da FIESP à agenda neoliberal em curso difere expressivamente da atuação do empresariado industrial no *Nacional-Desenvolvimentismo Autoritário (1964-1985)* (PINHO, 2019). Em 1978, empresários de grande porte como Antônio Ermírio de Moraes, Cláudio Bardella, Jorge Gerdau, José Mindlin, Laerte Setubal Filho, Paulo Vellinho, Paulo Villares e Severo Gomes, eleitos por seus pares em votação promovida pelo jornal *Gazeta Mercantil*, divulgaram o histórico “Documento dos Oito”. Tal manifesto defendia a adoção de medidas como a democracia, a empresa nacional, o disciplinamento das companhias estrangeiras atuantes no Brasil, investimentos públicos, uma política salarial justa,

gastos sociais e liberdade sindical para patrões e empregados, entre outros pontos. Tal postura simbolizou a revitalização oposicionista bem como a defesa da participação dos empresários na reconfiguração dos rumos nacionais, pois a ditadura militar enfrentava um contexto macroeconômico desfavorável, em virtude da desaceleração das taxas de crescimento, do aumento da inflação, do endividamento externo e da crise fiscal (CARTA CAPITAL, 04/02/2020; PINHO, 2020).

Gráfico 10 - Produto Interno Bruto - Taxa de variação real no ano - Var. % anual (2003-2018)



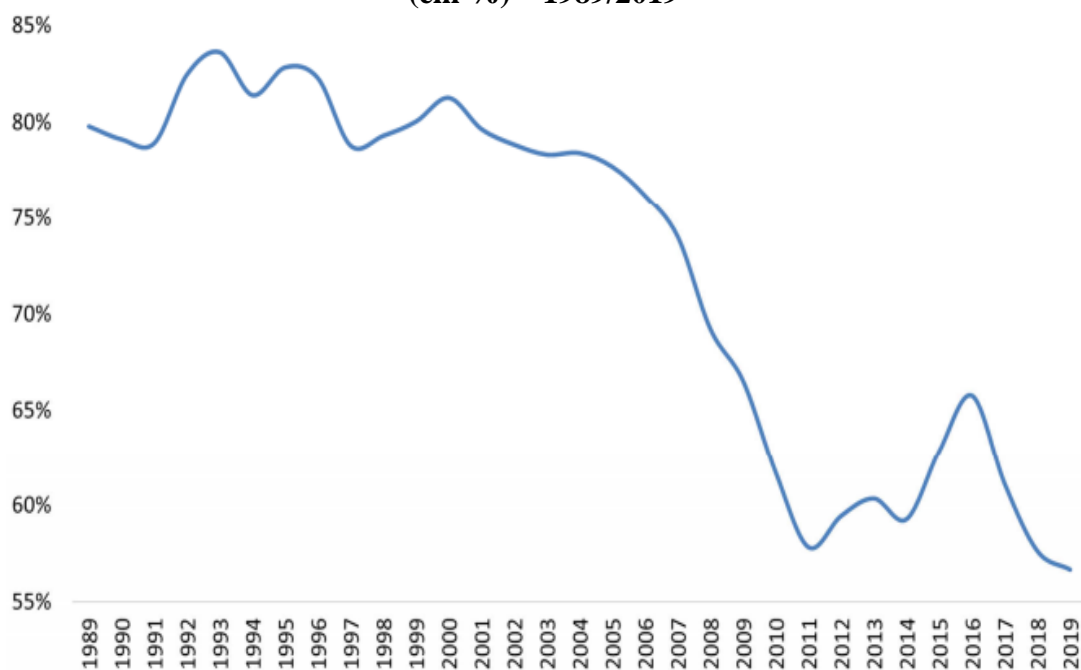
Fonte: elaboração própria com base em dados do Sistema Gerenciador de Séries Temporais/Banco Central do Brasil

De acordo com reportagem da revista *Carta Capital*, que consultou estudiosos da indústria no Brasil, como Paulo Morceiro e Antônio Corrêa de Lacerda bem como o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), a participação da indústria no PIB ficou próxima de 26%, contudo em 2019 fechou em 11,1%, a menor em 73 anos. A indústria de alta e média/alta tecnologia, produtora de máquinas, aviões, medicamentos, veículos e autopeças, entre outros itens, contribuiu com apenas 32% das vendas externas do setor de transformação em 2019, a menor participação desde 1995. A política econômica liberalizante capitaneada por Paulo Guedes, baseada na fé exacerbada no mercado e na privatização, é contraproducente ao desenvolvimento, já que incentiva somente as atividades atreladas a serviços e consumo, promove a abertura das compras governamentais aos estrangeiros -, conforme anunciada pelo ministro da Economia no Fórum Econômico de Davos - e a desnacionalização do parque produtivo, condenando o país a um modelo de baixo crescimento do PIB, segundo o Iedi. Um exemplo de retração do grau de complexidade da indústria e de perda de competitividade internacional é a venda da gigante Embraer para o mercado americano (CARTA CAPITAL, 04/02/2020).

O quadro de desindustrialização da economia brasileira é tão grave que, em editorial, o jornal *O Estado de São Paulo*, de clara linhagem liberal e pró-mercado, defende o intervencionismo estatal e, portanto, a retomada da capacidade de o Estado brasileiro revitalizar o planejamento, estabelecer diretrizes e metas para reindustrializar o país:

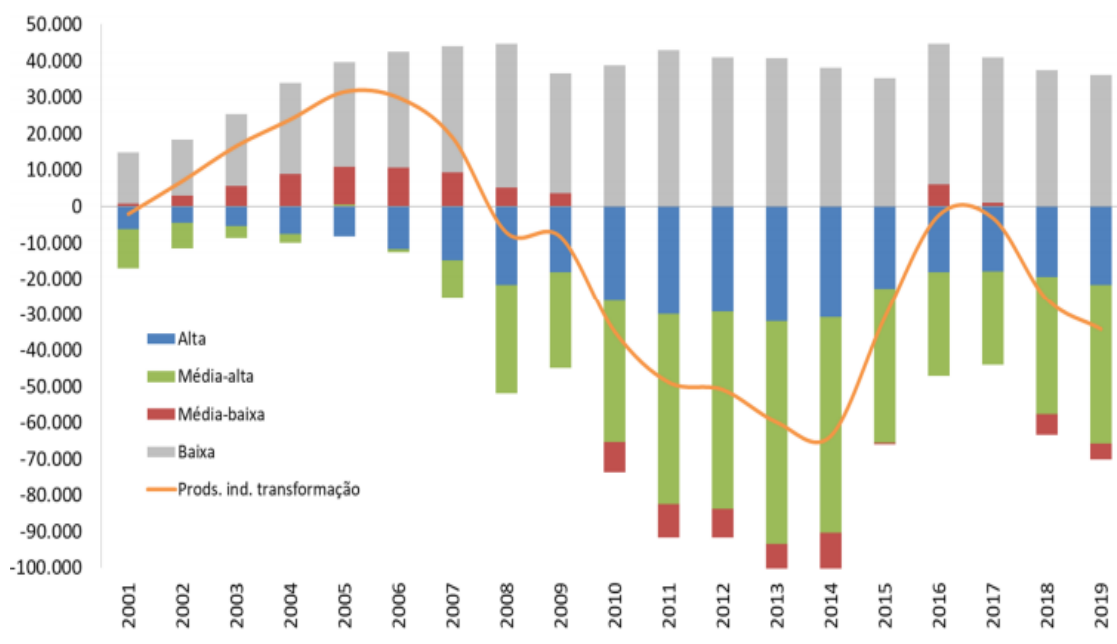
Se quiser mesmo consertar a economia brasileira e reencontrar o caminho do firme crescimento, o governo terá de promover a reindustrialização do País. De vez em quando algum membro do governo fala de produtividade e competitividade, mas sem apresentar mais que vagas intenções e ideias. A expressão política industrial é evitada como blasfêmia. O discurso é geralmente um recitativo com tinturas de liberalismo econômico e nenhuma referência clara a planos, metas e instrumentos. Diante disso, até as modestas projeções de crescimento industrial conhecidas chegam a parecer otimistas (ESTADÃO, 05/02/2020).

Gráfico 11 - Participação da indústria de Transformação nas Exportações Totais (em %) – 1989/2019



Fonte: IEDI

Gráfico 12 - Produtos da Indústria de Transformação por Intensidade Tecnológica: Balança Comercial – Acumulado do Ano, 4 trimestre (US\$ milhões FOB)



Fonte: IEDI

4. Bom para o empresariado e ruim para os trabalhadores? Os impactos da agenda liberal-ortodoxa e de desregulamentação laboral sobre o emprego, a renda, a desigualdade e a cidadania.

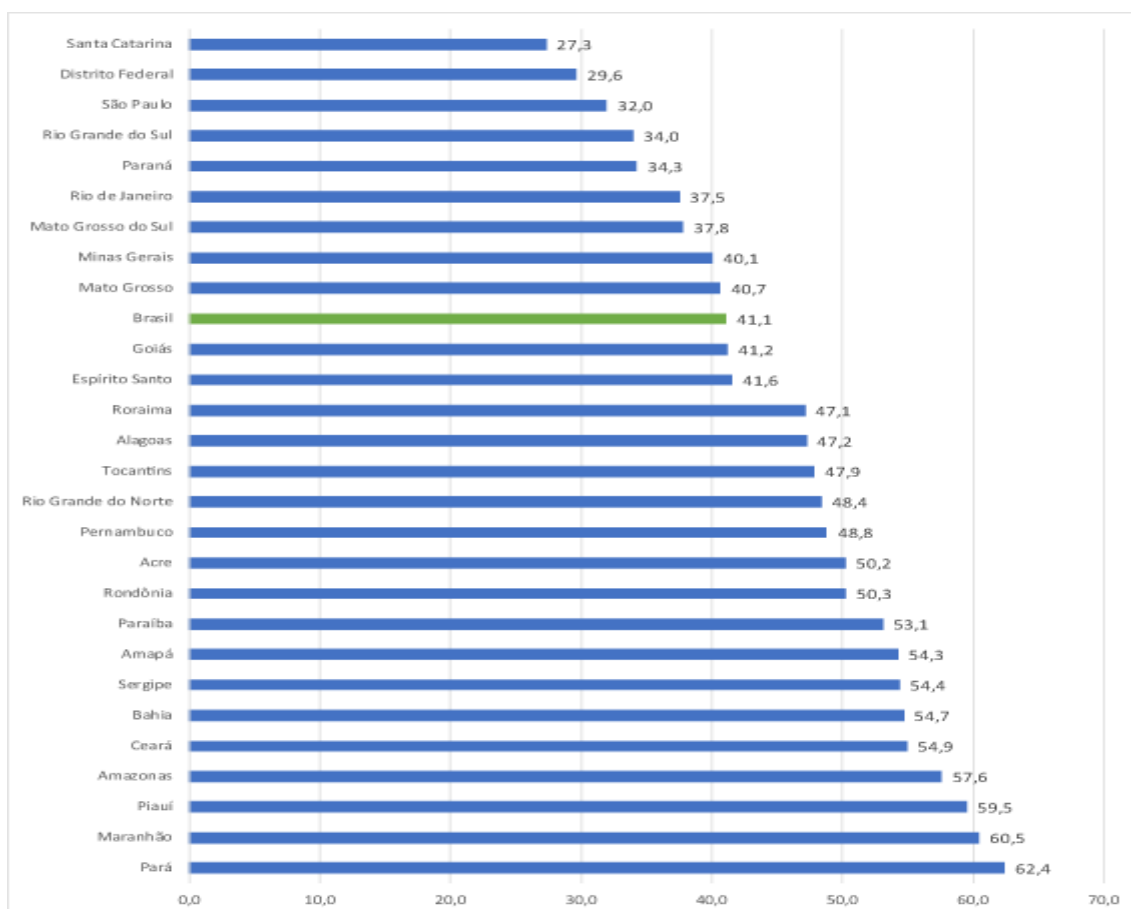
Os efeitos da agenda liberal-ortodoxa desde o ajuste fiscal de Dilma Rousseff, em 2015, bem como da aprovação da reforma trabalhista, da lei da terceirização e da Emenda Constitucional N. 95/2016 (Novo Regime Fiscal), durante o governo de Michel Temer, são deletérios ao mercado de trabalho e aos direitos sociais de cidadania. Está em curso o aumento significativo da informalidade (41,1%, segundo o IBGE) atrelada à precarização do trabalho, a queda da renda e ao recrudescimento da desigualdade. As elites político-econômicas argumentaram que a flexibilização da legislação trabalhista convergiria, no quadro da mais profunda crise econômica, para a geração de empregos. Nas contratações, a maior mudança foi a criação do trabalho intermitente, no qual o empregado recebe por hora trabalhada, sem que haja a necessidade de estabelecer um tempo mínimo de jornada. No terceiro trimestre de 2017, a taxa de desemprego da economia brasileira era de 12,4%. No mesmo período em 2019, essa taxa chegou a 11,8%. A queda foi de 0,6 ponto percentual. Na comparação entre os dois períodos, houve também aumento no desalento. Isso significa que, em 2019, mais pessoas desistiram de procurar emprego do que em 2017. Desde que a reforma trabalhista entrou em vigor em 2017, houve aumento na informalidade no mercado de trabalho brasileiro. Esse movimento deu continuidade a um fenômeno que já vinha sendo observado desde 2016. No terceiro trimestre de 2016, a taxa de informalidade do mercado de trabalho era de 38,8%. No mesmo período do ano seguinte, de 40,5%. No terceiro trimestre de 2019,

a informalidade chegou a 41,4% - houve aumento de 0,9 ponto percentual em relação a 2017 (NEXO, 07/11/2019).

Por outro lado, a reforma fragilizou instituições públicas que são responsáveis pela fiscalização do direito de trabalho. É mais difícil o trabalhador recorrer hoje à Justiça do Trabalho, porque ele pode pagar as custas processuais. O sistema de fiscalização está muito deplorado, uma vez que há um estímulo para contratar na ilegalidade, pois as possibilidades de ser pego e condenado por isso são pequenas. A informalidade se explica pelo contexto da crise econômica que acomete o mercado de trabalho, mas também é estimulada pela reforma trabalhista, configurando uma modalidade de relação capital-trabalho bastante contraproducente ao trabalhador e com proteção significativamente menor. Após a reforma, há aumento da terceirização, aumento de desigualdade de renda do trabalho, aumento da polarização da jornada de trabalho, há criação de muitas ocupações precárias, aumento do trabalho por conta própria, aumento do desalento. Tudo isso indica um mercado de trabalho que está se construindo pior do que era anteriormente. Portanto, o argumento de que a reforma seria capaz de gerar postos de trabalho é desprovido de comprovação empírica (NEXO, 07/11/2019).

Dados mais recentes mostram que as perspectivas de retomada da economia não são otimistas tendo em vista os 41 milhões de trabalhadores na informalidade, 11 milhões de desempregados, 26 milhões de subutilizados e a queda da contribuição previdenciária. Entre as unidades da federação, as maiores taxas médias anuais de informalidade foram registradas no Pará (62,4%) e Maranhão (60,5%) e as menores em Santa Catarina (27,3%) e Distrito Federal (29,6%). A taxa média nacional de informalidade foi superada em 18 estados, variando de 41,2%, em Goiás, até 62,4% no Pará. Em 11 desses 18 estados, a taxa de informalidade ultrapassou 50% e apenas Distrito Federal (29,6%) e Santa Catarina (27,3%) tiveram taxas de informalidade abaixo de 30% (IBGE, 14/02/2020ab).

Gráfico 13 - Taxa média anual de informalidade – 2019



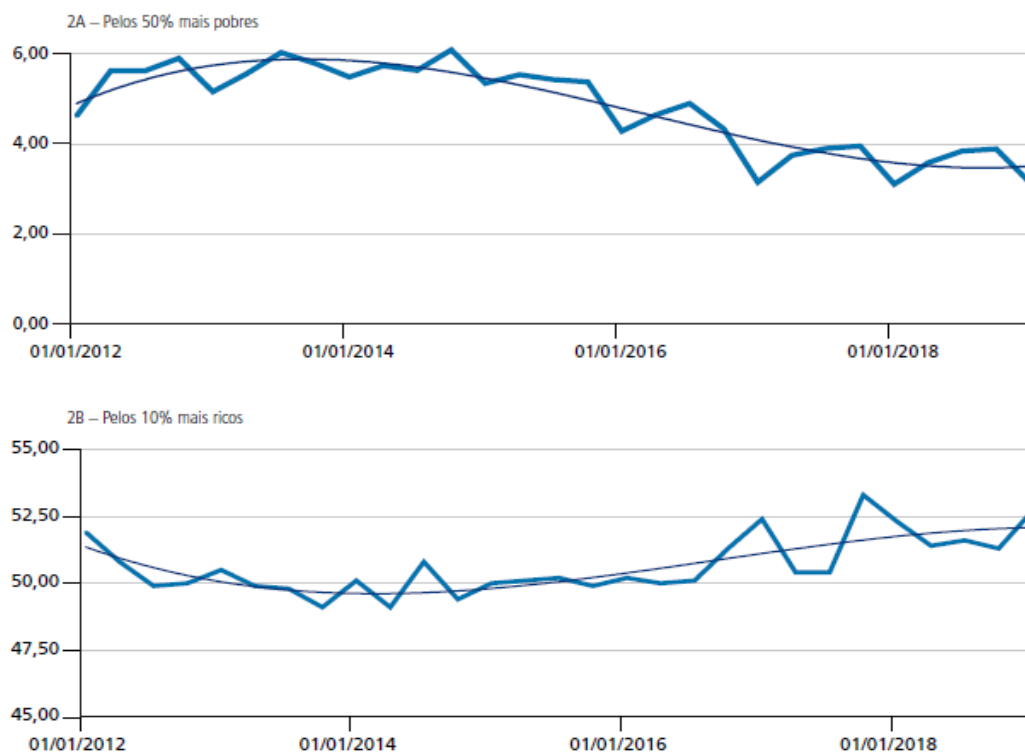
Fonte: IBGE

No tocante ao agravamento da desigualdade, segundo pesquisa de Rogério Jerônimo Barbosa, publicada como *Nota Técnica* no IPEA, em meados de 2014, os 50% mais pobres se apropriavam de cerca de 5,7% de toda a renda do trabalho. No primeiro trimestre de 2019, aquela fração cai para 3,5%. Para esse grupo, tal redução de apenas 2.2 pontos percentuais (p.p.) representa, em termos relativos, uma queda de quase 40%. Ao mesmo tempo, o grupo dos 10% mais ricos da população recebia cerca de 49% do total da renda do trabalho em meados de 2014 - e vinha apresentando redução nessa parcela, ao longo dos anos anteriores. No início de 2019, sua fração apropriada cresce para 52%. Isso significa que o topo da distribuição chega ao pós-crise não apenas recuperando suas perdas, mas também obtendo ganhos. No fim de 2014, a interrupção da geração de empregos formais¹⁶ em regime CLT e a explosão do desemprego marcam definitivamente a chegada da crise ao mercado de trabalho. Com alguma defasagem, o número de desalentados passa a crescer no fim de 2015, refletindo o aumento do número daqueles que abandonam as tentativas de obter posições no mercado de trabalho. O crescimento do número de desocupados, desalentados e inativos implica que um contingente expressivo passa a não ter qualquer rendimento do trabalho. Assim, tais grupos de *renda zero* se acumulam na base da distribuição e contribuem para o aumento

¹⁶ Trabalhadores formais são empregados com carteira assinada, estatutários, militares, contas-próprias e empregadores que contribuem para a Previdência.

da desigualdade. Em 2017, as perdas no setor formal se estancam e o mercado informal passa a se expandir rapidamente, amortecendo em parte os efeitos mais perversos da crise. A proteção contra a recessão não se distribuiu igualmente entre esses trabalhadores formais (BARBOSA, 2019).

Gráfico 14 - Fração da renda efetiva do trabalho apropriada pela população com idades entre 18 e 65 anos (Em %)

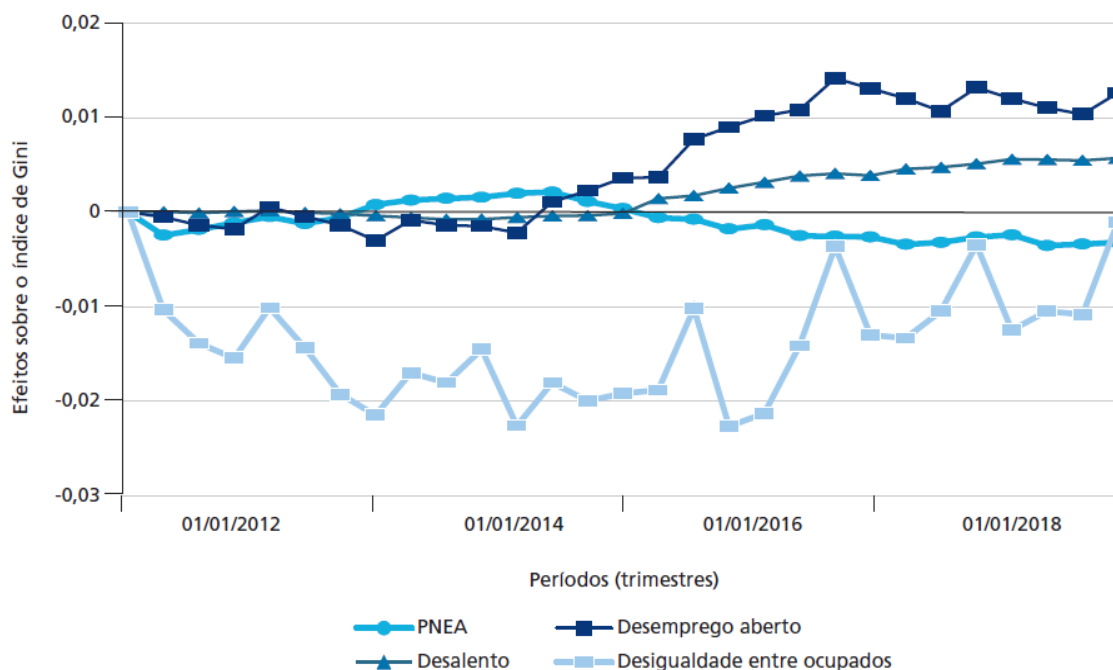


Fonte: Barbosa (2019) a partir de Microdados da PNAD Contínua (2012/T1-2019/T1)

Até o fim de 2014, a tendência de queda do desemprego foi basicamente guiada pela redução da desigualdade entre trabalhadores. A partir de então, essa tendência se interrompe e o desemprego emerge como principal vetor na produção dos resultados líquidos. Com defasagem de quase um ano, ocorre o recrudescimento do desalento, de forma que, no início de 2017, a soma dos dois componentes já era responsável pelo aumento de mais de 20 pontos no Gini. O ano de 2016 é aquele que há aumentos mais rápidos, pois a desigualdade entre trabalhadores passa a atuar também. Em 2017 e 2018, desemprego e desalento se estabilizam em níveis extremamente altos e então as tendências gerais passam a refletir basicamente as desigualdades entre trabalhadores. O mercado de trabalho pós-crise dá poucos sinais de recuperação. O amortecimento dos efeitos mais perniciosos, desemprego e desalento, advêm da diminuta geração de postos no setor informal, mais instável, desprotegido e menos produtivo. Para os trabalhadores mais pobres, a recessão ainda não terminou, sua renda ainda está em queda, mesmo quando são descontados os efeitos do desemprego. A pouca recuperação que ocorre beneficia os trabalhadores melhor posicionados, formalizados e empregados em determinados setores, como educação, saúde, administração pública e serviços financeiros. O aumento da desigualdade entre trabalhadores guarda relação com o fato

de que benefícios e direitos típicos (e sazonais) do setor formal se tornaram mais escassos e concentrados, em função da grande dissolução de postos de trabalho protegidos. O comportamento desse componente “flutuante” da renda efetiva foi responsável pelo crescimento da desigualdade entre ocupados nos dois anos mais recentes e pela continuidade da tendência de crescimento da concentração de renda, a despeito da desaceleração do desemprego (BARBOSA, 2019).

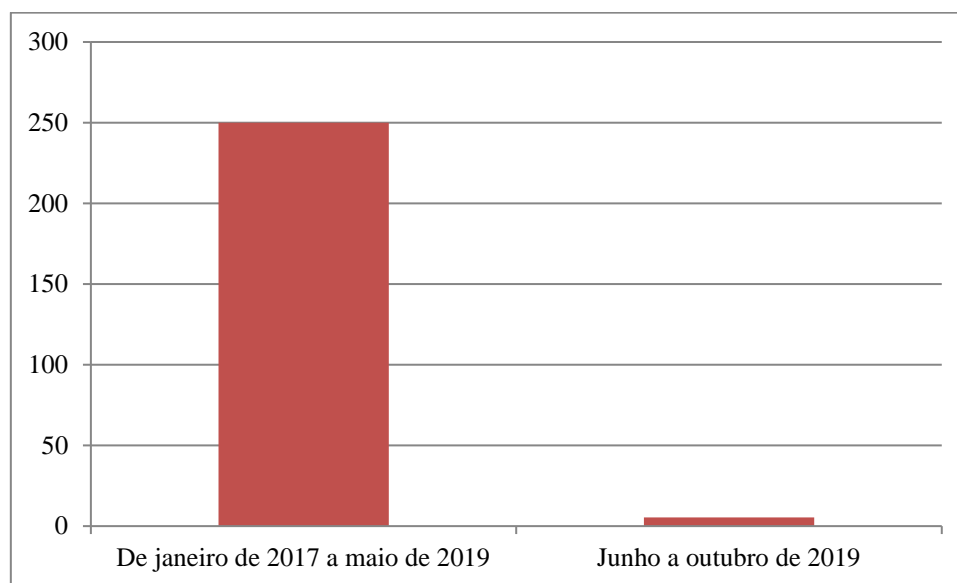
Gráfico 15 - Efeito absoluto de cada componente sobre o índice de Gini – renda efetiva de todos os trabalhos, considerando indivíduos com idades entre 18 e 65 anos



Fonte: Barbosa (2019) a partir de Microdados da PNAD Contínua (2012/T1-2019/T1)

Finalmente, o receituário liberal-ortodoxo se reflete cada vez mais no caráter residual da política social, que negligencia o agravamento da pobreza extrema e da miséria. Dados recentes divulgados acerca do primeiro ano do governo Bolsonaro mostram que o Bolsa Família voltou a ter fila de espera para as pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza, cerca de 1 milhão de famílias, mesmo nas áreas mais carentes. Além disso, falta de pessoal e deficiências estruturais também formaram uma fila de 1,3 milhão de pessoas com análise atrasada de pedidos de benefícios no INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Com fila crescente e redução nas concessões, em 2019 o número de famílias atendidas pelo Bolsa Família recuou de 14,3 milhões, em maio, para 13,1 milhões em dezembro. O orçamento do programa foi reduzido de R\$ 32,5 bilhões, em 2019, para R\$ 29,5 bilhões, em 2020. De acordo com o gráfico a seguir, de janeiro de 2017 a maio de 2019, a média de benefícios concedidos foi de 250 mil, ao passo que de junho a outubro de 2019 correspondeu a somente 5,4 mil (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/02/2020; 10/02/2020).

Gráfico 16 - Bolsa Família - Média de novos benefícios concedidos - Janeiro de 2017 a Outubro de 2019



Fontes: Folha de São Paulo (10/02/2020), com base em dados do Ministério da Cidadania, Ministério da Economia e IBGE.

Considerações finais:

A partir do marco teórico-conceitual da literatura de Variedades de Capitalismo, Economia Política do Desenvolvimento, Ciência Política e de realização de pesquisa empírica, o objetivo deste trabalho foi salientar as relações entre o Estado brasileiro e o empresariado no governo de Jair Bolsonaro, no quadro pós-recessão (2014-2016) e de lenta recuperação do crescimento do PIB. O escopo temporal deste estudo vai da campanha eleitoral de 2018 até março de 2020, antes da emergência da pandemia global do novo coronavírus. Desde o limiar de 2015, com o ajuste fiscal do governo Dilma Rousseff, e após a ruptura democrática de 2016, os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro responderam politicamente a tal crise por meio da implementação de medidas de austeridade assentadas na desregulação das relações de trabalho (primazia do negociado sobre o legislado), na liberalização econômica e na perda da capacidade do Estado de impulsionar o investimento público. Bem assim, evidencia-se a retração do papel do BNDES (por meio das devoluções de recursos ao Tesouro Nacional) no fomento à infraestrutura, sobretudo por ocasião dos escândalos de corrupção durante os governos petistas, que convergiram para deslegitimar a atuação das empresas públicas no setor produtivo da economia, bem como sua capacidade de ofertar bens e serviços públicos à população. Com a política das “campeãs nacionais” de Lula da Silva e Dilma Rousseff, poucas empresas recebiam grandes aportes a juros abaixo do valor de mercado, o que foi alvo de críticas da grande imprensa e dos economistas de linhagem liberal. Não obstante, o crédito de longo prazo do BNDES possui um papel relevante no desenvolvimento da economia, já que as grandes obras de infraestrutura, construção de novas fábricas e alguns outros tipos de investimentos não costumam dar retornos rápidos (NEXO, 07/10/2019).

Retomando as questões de nossa pesquisa, o crescimento, no Congresso Nacional, da bancada parlamentar representante dos interesses da direita, dos empresários, do

agronegócio, do segmento armamentista e dos neopentecostais foi central para afirmação do receituário de austeridade nas contas públicas, da liberalização econômica, da estabilização da moeda e da frouxidão na regulação trabalhista. Paralelamente, houve a queda expressiva da bancada parlamentar sindical representante das demandas dos trabalhadores e assalariados. De toda forma, tal cenário político reflete o avanço da agenda conservadora do ponto de vista dos costumes, e liberal no que diz respeito à gestão da política macroeconômica. Ao mesmo tempo, trata-se de um cenário bastante desfavorável aos direitos sociais universais de cidadania (Assistência Social, Saúde, Educação, Previdência Social), à proteção ao trabalho, em razão da desregulamentação e da redução dos custos da mão de obra; à questão ambiental e aos direitos humanos (liberdade de convicção religiosa/filosófica, direito à vida, à diversidade bem como aos direitos da população indígena, quilombola, negros, mulheres e LGBTQI).

Conforme anunciado em sua campanha eleitoral de 2018, Bolsonaro encampou as demandas do empresariado, convertendo-as em políticas públicas, como são os casos da Medida Provisória da Liberdade Econômica (“minirreforma trabalhista”), da reforma da previdência, da desburocratização empresarial para abertura de empresas, dos projetos aprovados em benefício da bancada ruralista, etc. Há medidas em votação e que serão enviadas ao Congresso, como a PEC da Reforma Administrativa, a autonomia do Banco Central, o novo modelo de privatizações, o programa de emprego verde e amarelo para os mais jovens (com menos direitos e até 1,5 salário), a reforma tributária, a PEC do Pacto Federativo (para conferir maior flexibilidade ao Orçamento e aumentar repasses de recursos a estados e municípios) e a PEC Emergencial (186/2019), que reduz salários de servidores públicos em até 25% e prevê a contenção do crescimento das despesas obrigatórias do governo (FOLHA DE SÃO PAULO, 06/11/2019; SENADO FEDERAL, 10/12/2019).

A aproximação do líder da FIESP, Paulo Skaf, do presidente Jair Bolsonaro evidencia a instrumentalização da instituição de representação de interesses empresariais para finalidades político-partidárias de ambos, o que vem sendo fortemente repudiado por setores da indústria de alta e média/alta tecnologia críticos da política econômica de austeridade do governo, que corta investimentos estratégicos em inovação e C&T. Conforme já salientado, a indústria produtora de máquinas, aviões, medicamentos, veículos e autopeças vem perdendo espaço significativo nas exportações e no PIB. O liberalismo ortodoxo em curso reforça a vocação agroexportadora da economia com a destruição do meio ambiente (derrubada da floresta para plantação de soja e extração de minério de ferro). O desmatamento na Amazônia cresceu 29,5% e as queimadas, 86%. Já as multas por crimes ambientais aplicadas pelo Ibama caíram cerca de 25%. Bolsonaro é um antigo crítico do que chama de a “farra das multas ambientais” (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/02/2020). A reprimarização da economia caminha juntamente com o aprofundamento do quadro de desindustrialização e perda de competitividade, que remonta aos juros elevados para sustentar o Plano Real (1994). O capital financeiro rentista e a desregulamentação da economia ganharam força com a estabilização monetária e as reformas econômico-institucionais no governo FHC (1995-2002). Embora o Plano Real tenha controlado a hiperinflação, que constituiu um legado do Nacional-Desenvolvimentismo Autoritário (1964-1985), a estabilização da moeda foi mantida por meio de elevadíssimas taxas de juros que deterioraram a competitividade, a produtividade e o dinamismo da indústria (PINHO, 2019).

Ao reduzir a taxa de juros a patamares históricos (4,25%) e manter baixa a inflação, dando continuidade ao legado da “Ponte para o Futuro”, qual seja, o programa de austeridade implementado no governo Michel Temer, o presidente Jair Bolsonaro e seu ministro da Economia de filiação liberal-ortodoxa, Paulo Guedes, tentam efetuar uma transição de um modelo financeiro-rentista para um modelo de capitalismo ultraliberal alavancado pelas forças do livre-mercado e pelo investimento do setor privado. Trata-se de promover um processo de desregulamentação do trabalho, no sentido de reduzir, o máximo possível, os custos para o empresário, conferindo liberdade e condições macroeconômicas para impulsionar o setor privado. Entretanto, tendo em vista a crise das contas públicas, os sucessivos cortes orçamentários e a vigência do Novo Regime Fiscal, o investimento público está praticamente inviabilizado.

Sugere-se que o objetivo do governo Bolsonaro é o mesmo que norteou a gestão de Dilma Rousseff, isto é, impulsionar o investimento produtivo, fomentar a reindustrialização, alavancar o “espírito animal” do empresariado e diminuir a influência do rentismo como uma singularidade estrutural da economia política brasileira. Todavia, para alcançar tal intento, seus instrumentos de política macroeconômica e mecanismos de intervenção estatal são completamente distintos. A principal diferença reside no fato de que, em um contexto adverso de desaceleração do crescimento do PIB e de fim da bonança das commodities, Dilma Rousseff buscou esse objetivo a partir do intervencionismo estatal deliberado, sobretudo a partir do expansionismo fiscal, concedendo volumosos subsídios ao empresariado, forçando os bancos privados a reduzirem as abusivas taxas de juros e incentivando o aumento da competitividade dos bancos públicos (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal). Essas duas últimas medidas contrariaram, assim como o represamento dos preços da energia, os interesses das distintas frações do empresariado, contribuindo para a sua retirada da coalizão de suporte ao governo e o subsequente processo de impeachment. Bolsonaro e Paulo Guedes acreditam no livre-mercado como o principal mecanismo alocador racional de recursos, capaz de estabilizar os preços, alavancar o investimento privado e promover o crescimento do PIB. O Estado se vale dos mecanismos de intervenção para garantir o livre jogo das forças de mercado, com o mínimo de regulação para (supostamente) destravar o investimento do setor privado. A burocracia econômica, insulada das pressões democráticas, e encastelada no Ministério da Economia, no Banco Central e na Secretaria do Tesouro Nacional, toma decisões para sacramentar o receituário da austeridade, ensejando o conflito distributivo entre o “mercado”, de um lado, e a “democracia”, de outro lado. Nesse contexto, cabe apontar que o Estado brasileiro foi castrado dos mecanismos de política fiscal anticíclica, de incentivo à demanda agregada e de investimento público, tendo em vista a predominância da Emenda Constitucional N. 95/2016, que corta os gastos sociais em termos do PIB. Soma-se a isso o desemprego, a crescente informalidade e o endividamento das famílias em 65,6%, em dezembro de 2019 (segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC). Contribuem para o agravamento do quadro a interrupção da política de valorização do salário mínimo, a subutilização da força de trabalho, os empregos precários, de baixa remuneração, e a queda da renda, que certamente não convergem para alavancar o crescimento, pois acentuam a contração do mercado interno enquanto um elemento central de dinamização da economia brasileira. As políticas de mercado destroem o próprio mercado, condenando o país a acumular baixas taxas de crescimento, informalidade no mercado de trabalho, pobreza extrema e agravamento da desigualdade secular.

As reformas liberais em curso são muito similares às políticas macroeconômicas e medidas econômico-institucionais implementadas na primeira fase do Nacional-Desenvolvimentismo Autoritário (1964-1985), sobretudo entre 1964 e 1967. Naquele contexto, as elites tecnocráticas, a fim de reduzir o custo do trabalho e a barganha sindical, impulsionar o desenvolvimento capitalista e aumentar a margem de lucro dos empresários que apoiaram o golpe militar, impuseram políticas de estabilização monetária, o saneamento do sistema financeiro, o fim da estabilidade no emprego (com a criação do FGTS) e o arrocho salarial. A principal diferença reside no fato de que tais políticas foram impostas discricionariamente mediante leis, decretos e com forte repressão política, arbítrio, violência institucional e amordaçamento dos sindicatos. Na década de 1970, com a divulgação dos dados do Censo Demográfico, constatou-se o aumento da concentração de renda na classe média para cima e o agravamento da desigualdade (PINHO, 2019), o que é muito similar à atual conjuntura do governo Bolsonaro em que os ricos abocanham a maior parcela da renda nacional. O temor da debilitada institucionalidade democrática brasileira recente é que tamanha austeridade seja imposta com o arbítrio e violência estatal, já que a personalidade autoritária do atual mandatário (e de seu ministro da Economia) é incompatível com a democracia, a qual ele sempre desprezou ao longo de sua carreira política.

Referências Bibliográficas:

ABRANCHES, Sérgio. (2018), *Presidencialismo de coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

AGÊNCIA BRASIL. (2019). Seis em cada dez industriais consideram governo Bolsonaro ótimo ou bom, 11/12/2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-12/seis-em-cada-dez-industriais-consideram-governo-bolsonaro-otimo-ou-bom>. Acesso em: 09/02/2020.

BARBOSA, Rogério J. (2019). “Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019)”, *Nota Técnica*, n. 67, outubro. IPEA: Brasília. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/191101_bmt_67_nt_estagnacao_desigual_desemprego.pdf. Acesso em: 18/02/2020.

BARROS, Celso. R. (2020), A Fiesp é fascista? *Folha de São Paulo*, 06/01/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/celso-rocha-de-barros/2020/01/a-fiesp-e-fascista.shtml>. Acesso em: 04/02/2020.

BOSCHI, Renato. (2013). “Politics and Trajectory in Brazilian Capitalist Development”. In: Uwe Becker (Ed.). *The BRICs and Emerging Economies in Comparative Perspective: Political Economy, Liberalisation and Institutional Change*. London: Routledge.

BOSCHI, Renato. (2011), “Instituições, Trajetórias e Desenvolvimento: Uma Discussão a Partir da América Latina”, In: Renato Boschi (Org). *Variedades de Capitalismo, Política e Desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

BOSCHI, Renato e PINHO, Carlos E. S. (2019a), “Crisis and Austerity: The Recent Trajectory of Capitalist Development in Brazil”. *Contemporary Politics*, Vol. 25, Nº 3. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13569775.2018.1555783>. Acesso em: 25/01/2019.

BOSCHI, Renato e PINHO, Carlos E. S. (2019b). “Crise Fiscal, Pensamento Empresarial e Financeirização no Brasil: A Desconstrução da Ordem Corporativa no Século XXI” In: Rita Giacalone (Ed.), *Pensamiento Empresarial Latinoamericano en el Siglo XXI*. Colección Pensamiento Global. Editorial Universidad Cooperativa de Colombia: Bogotá.

BOSCHI, Renato y PINHO, Carlos. E. S. (2020), *Desarrollo capitalista, austeridad fiscal y democracia en Brasil*. In: Alberto Aziz Nassif; Ilán Bizberg. (Org.). *Variedades de capitalismo en crisis* (no prelo).

BRASIL DE FATO. (2018). “Musa do veneno”: saiba quem é a ministra da Agricultura de Bolsonaro, 09/11/2028. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/09/musa-do-veneno-saiba-quem-e-a-ministra-da-agricultura-de-bolsonaro/>. Acesso em: 05/02/2020.

CARTA CAPITAL. (2020), Aliança entre Skaf e Bolsonaro racha o empresariado paulista, 04/02/2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/alianca-entre-skaf-e-bolsonaro-racha-o-empresariado-paulista/>. Acesso em: 04/02/2020.

CARVALHO, Laura. (2018), *Valsa Brasileira: Do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). (2019) *Sondagem Especial – Avaliação do Governo pelo Empresário Industrial*, Ano 19, n. 75, 11/12/2019. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/sondesp-75-avaliacao-do-governo-pelo-empresario-industrial/>. Acesso em: 24/01/2020.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR (DIAP). (2018), Radiografia do novo Congresso – Legislatura 2019-2023, Brasília, Dezembro. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/4045-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2019-2023-fevereiro-de-2019>. Acesso em: 23/01/2020.

DINIZ, Eli. (2016), “Desenvolvimento e Estado desenvolvimentista: tensões e desafios da construção de um novo modelo para o Brasil do século XXI”. In: Eli Diniz e Flavio Gaitán. (Orgs.). *Repensando o Desenvolvimentismo: Estado, Instituições e a construção de uma nova agenda de desenvolvimento para o século XXI*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec Editora-INCT/PPED.

EL PAÍS BRASIL. (2018), Luciano Hang e o pelotão de empresários ‘anticomunistas’ pró-Bolsonaro, 02/09/2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/21/politica/1534888407_697144.html

ESPING-ANDERSEN, Gosta. (1991). “As Três Economias Políticas do Welfare State”. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, n. 24, setembro, p. 85-116. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 12/02/2020.

ESPING-ANDERSEN-Gosta. (1985) *Politics against markets: the social democratic road to power*. Princeton: Princeton University Press.

ESTADÃO. (2020). Associações usam ‘Fiesp do B’ para falar com governo, 24/01/2020. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,associacoes-usam-fiesp-do-b-para-falar-com-governo,70003170524>. Acesso em: 09/02/2020.

ESTADÃO. (2020). O desafio é reindustrializar, 05/02/2020. Disponível em: <https://opinio.estado.com.br/noticias/notas-e-informacoes,o-desafio-e-reindustrializar,70003185355>. Acesso em: 06/02/2020.

ESTADÃO. (2019). Empresários veem ruptura de antigas práticas, 31/03/2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,empresarios-veem-ruptura-de-antigas-praticas,70002773833>. Acesso em: 25/01/2020.

ESTADÃO. (2019). Empresários abrem até escritório de lobby para aprovar Previdência, 31/03/2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,empresarios-entram-no-corpo-a-corpo-para-fazer-pessao-pela-previdencia,70002773817>. Acesso em: 25/01/2020.

ESTADÃO. (2019). Grupo de empresários amplia lobby no governo, 12/05/2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,grupo-de-empresarios-amplia-lobby-no-governo,70002825113>. Acesso em: 25/01/2020.

ESTADÃO. (2019). ‘Acho que falta maturidade a Bolsonaro’, diz fundador do Habib’s, 03/09/2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,acho-que-falta-maturidade-ao-nosso-representante-maior-diz-fundador-do-habibs,70002993992>. Acesso em: 25/01/2020.

ESTADÃO (2018), Discurso liberal do governo atraiu setor produtivo, 23/12/2018. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,discurso-liberal-do-governo-atraiu-setor-produtivo,70002656056>. Acesso em: 24/01/2020.

ESTADÃO. (2017), ‘Não cabe à Fiesp falar sobre renúncia de presidente’, diz Skaf, 26/06/2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,nao-cabe-a-fiesp-falar-sobre-renuncia-de-presidente-diz-skaf,70001864407>. Acesso em: 08/07/2018.

EXAME. (2018), Os empresários que apoiam a candidatura de Bolsonaro, 27/09/2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/os-empresarios-que-apoiam-bolsonaro/>. Acesso em: 24/01/2020

FIESP. (2019). Reforma da Previdência é principal ponto de convergência entre presidente Jair Bolsonaro e setores produtivos, 11/06/2019. Disponível em:

<https://www.fiesp.com.br/noticias/reforma-da-previdencia-e-principal-ponto-de-convergencia-entre-presidente-jair-bolsonaro-e-industria/>. Acesso em: 09/02/2020.

FLEURY, Sonia e PINHO, Carlos. E. S. (2019), “La deconstrucción de la democracia social y de la ciudadanía urbana en Brasil”. *Medio Ambiente y Urbanización*, Vol. 90, Number 1, p. 271-304 (34), June. ISSN: 0328-0306. Disponível em: <https://www.ingentaconnect.com/contentone/iieal/meda/2019/00000090/00000001/art00014>. Acesso em: 21/01/2020.

FLEURY, Sonia e PINHO, Carlos E. S. (2018), “Authoritarian Governments and the Corrosion of the Social Protection Network in Brazil”, *Revista Katálysis*, Vol. 21, Nº 1, p. 29-42, jan./abr., ISSN 1982-0259 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n1p14/35931>. Acesso em: 18/06/2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2020). No 1º ano de Bolsonaro, educação, saúde e social pioram, criminalidade recua e economia vê equilíbrio, 16/02/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/no-1o-ano-de-bolsonaro-educacao-saude-e-social-pioram-criminalidade-recua-e-economia-ve-equilibrio.shtml>. Acesso em: 17/02/2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2020). Bolsonaro trava Bolsa Família em cidades pobres e fila chega a 1 milhão, 10/02/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/bolsonaro-trava-bolsa-familia-em-cidades-pobres-e-fila-chega-a-1-milhao.shtml>. Acesso em: 10/02/2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2019). Pacote de Bolsonaro e Guedes propõe reforma radical do Estado brasileiro, 06/11/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/pacote-de-bolsonaro-e-guedes-propoe-reforma-radical-do-estado-brasileiro.shtml>. Acesso em: 16/02/2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2020). Para empresários, Skaf aproxima setor privado de Bolsonaro, 24/01/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/01/para-empresarios-skaf-aproxima-setor-privado-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 10/02/2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2020). Empresários apoiam aproximação de Skaf a Bolsonaro na Fiesp, 04/02/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/02/empresario-apoiam-aproximacao-de-skaf-a-bolsonaro-na-fiesp.shtml>. Acesso em: 10/02/2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2020). Empresários esperam presença de filhos de Bolsonaro na Fiesp, 03/02/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/02/empresarios-esperam-presenca-de-filhos-de-bolsonaro-na-fiesp.shtml>. Acesso em: 10/02/2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2020). Editorial: Cartório industrial, 25/01/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opinia/2020/01/cartorio-industrial.shtml>. Acesso em: 05/02/2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2019). Pacote de Guedes prevê suspensão de concursos e de novos benefícios tributários, 05/11/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/pacote-de-guedes-preve-suspensao-de-concursos-e-novos-beneficios-tributarios.shtml>. Acesso em: 06/02/2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2020). Entenda os pacotes econômicos anunciados pelo governo Bolsonaro, 05/11/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/entenda-os-pacotes-economicos-anunciados-pelo-governo-bolsonaro-nesta-terca.shtml>. Acesso em: 06/02/2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2020). Bolsonaro assina projeto que autoriza garimpo em terras indígenas, 05/02/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/bolsonaro-assina-projeto-que-autoriza-garimpo-em-terras-indigenas.shtml>. Acesso em: 05/02/2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2019). Governo Bolsonaro busca aproximação com empresários, 28/03/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/governo-bolsonaro-busca-aproximacao-com-empresarios.shtml>. Acesso em: 24/01/2020.

G1. (2018). Marcos Montes é anunciado para cargo de secretário-executivo do Ministério da Agricultura, 27/11/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/27/marcos-montes-e-anunciado-para-cargo-de-secretario-executivo-do-ministerio-da-agricultura.ghtml>. Acesso em 05/02/2020. Acesso em: 16/02/2020.

HALL, Peter e SOSKICE, David. (2001), *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. London: Oxford University Press.

IBGE. (2020a). PNAD Contínua trimestral: desocupação recua em nove das 27 UFs no 4º trimestre de 2019, 14/02/2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26912-pnad-continua-trimestral-desocupacao-recua-em-nove-das-27-ufs-no-4-trimestre-de-2019>. Acesso em: 15/02/2020.

IBGE. (2020b). Desemprego cai em 16 estados em 2019, mas 20 têm informalidade recorde, 14/02/2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913-desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde>. Acesso em: 15/02/2020.

IEDI. (2020). “O obstáculo dos juros”, *Análise IEDI*, 29/01/2020. Disponível em: https://www.iedi.org.br/artigos/top/analise/analise_iedi_20200129_credito.html. Acesso em: 10/02/2020.

ISTO É. (2020). Tudo ainda esta sendo definido, diz secretário, sobre o PPI, 03/02/2020. Disponível em: <https://istoe.com.br/tudo-ainda-esta-sendo-definido-diz-secretario-sobre-o-ppi/>. Acesso em: 09/02/2020.

ISTO É. (2019), ‘Motivo de eu estar no governo é que presidente gosta de privatizar’, diz Mattar, 12/08/2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/motivo-de-eu-estar-no-governo-e-que-presidente-gosta-de-privatizar-diz-mattar/>. Acesso em: 09/02/2020.

KUPFER, José P. (2020). Indústria paga o preço de 40 anos de políticas erradas, diz diretor do Iedi, 04/02/2020. Disponível em: <https://josepaulokupfer.blogosfera.uol.com.br/2020/02/04/industria-paga-o-preco-de-40-anos-de-politicas-erradas-diz-diretor-do-iedi/>. Acesso em: 04/02/2020.

MICHELS, Robert. (1982). *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

NASSIF, Alberto A. y BIZBERG, Ilán. (2020). “Introducción” In: Alberto Aziz Nassif; Ilán Bizberg. (Org.). *Variedades de capitalismos en crisis* (no prelo).

NEXO. (2019). O BNDES, de Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, 07/10/2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/10/07/O-BNDES-de-Lula-Dilma-Temer-e-Bolsonaro>. Acesso em: 15/02/2020.

NEXO. (2019). Os resultados da reforma trabalhista 2 anos após sua aprovação, 07/11/2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/11/07/Como-ficou-o-emprego-2-anos-ap%C3%B3s-a-reforma-trabalhista>. Acesso em: 15/02/2020.

O GLOBO. (2020). Fiesp vira ‘escritório informal’ do governo Bolsonaro em SP, 14/02/2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/fiesp-vira-escritorio-informal-do-governo-bolsonaro-em-sp-1-24247838>. Acesso em: 14/02/2020.

O GLOBO. (2011). Na Era Lula, bancos tiveram lucro recorde de R\$ 199 bilhões, 25/02/2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/na-era-lula-bancos-tiveram-lucro-recorde-de-199-bilhoes-2818232>. Acesso em: 12/02/2020.

PIAUI. (2018), Dois empresários paulistas contam porque estimulam Bolsonaro, 19/02/2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/dois-empresarios-paulistas-contam-por-que-estimulam-bolsonaro/>. Acesso em: 09/02/2020.

PIAUI. (2018). Empresários rebatem defensores de Bolsonaro, 23/02/2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/empresarios-rebatem-defensores-de-bolsonaro/>. Acesso em: 25/01/2020.

PINHO, Carlos E. S. e FREITAS, Sara. (2020), “Introdução” In FREITAS, Sara e PINHO, Carlos E. S. (Org.). *Empresariado e Poder Político no Brasil: uma perspectiva multidimensional*. São Paulo: Editora Alameda (no prelo).

PINHO, Carlos E. S. (2020), “The responses of the authoritarian national developmentalism to the structural economic crisis (1973-1985)”, *Brazilian Journal of Political Economy*, Vol.40 no.2, p. 411-431, São Paulo Apr./June. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572020000200411&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10/11/2020.

PINHO, Carlos E. S. (2019), *Planejamento Estratégico Governamental no Brasil: Autoritarismo e Democracia (1930-2016)*. Curitiba: Appris.

PINHO, Carlos. E. S. e MOURA, Rafael. S. (2016). “O Brasil nos contextos internacional e doméstico: crises e resiliência do neoliberalismo (2003-2015)”. *REBAP. Revista Brasileira de Administração Política*, Vol. 9, n. 2, p. 89-134. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/rebap/article/view/24551>. Acesso em: 18/02/2020.

PIVA, Horácio L., PASSOS, Pedro e WONGTSCHOWSKI, Pedro (2020), Morte anunciada, *Folha de São Paulo*, 21/01/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/morte-anunciada.shtml>. Acesso em: 24/01/2020.

PRZEWORSKI, Adam. (2003). How Many Ways Can Be Third? In: Andrew Glyn (Ed.). *Social democracy in Neoliberal Times: The Left and Economic Policy since 1980*. Oxford University Press.

PRZEWORSKI, Adam. (1989) *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.

SENADO FEDERAL. (2019). Votação da PEC Emergencial fica para 2020, 10/12/2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/10/votacao-da-pec-emergencial-fica-para-2020>. Acesso em: 16/02/2020.

SKAF, Paulo. (2020). Muito prazer, somos a Fiesp, *Folha de São Paulo*, 22/01/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/01/muito-prazer-somos-a-fiesp.shtml>. Acesso em: 24/01/2020.

VALOR ECONÔMICO. (2020). Bolsonaro reforça vínculo com Skaf em SP, 04/02/2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/02/04/bolsonaro-reforca-vinculo-com-skaf-em-sp.ghtml>. Acesso em: 05/02/2020.

VALOR ECONÔMICO. (2019). Ruralistas preveem mais conquistas no Congresso em 2020, 23/12/2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2019/12/23/ruralistas-preveem-mais-conquistas-no-congresso-em-2020.ghtml>. Acesso em: 24/01/2020.